



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

CYNTHIA MENDES GUERRA

BELLE ÉPOQUE: o esplendor do rigor

FORTALEZA-CE
2007

CYNTHIA MENDES GUERRA

BELLE ÉPOQUE: O ESPLENDOR DO RIGOR

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Tadeu Feitosa.

**FORTALEZA-CE
2007**

G924b Guerra, Cynthia Mendes.

Belle Époque: o esplendor do rigor.
62 p.: enc.

Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza
- Ceará, 2007.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Tadeu Feitosa.

Área de concentração: Ciência da Informação

1. *Belle Époque*. 2. Identidade Nacional. 3. Memória Histórica. 4.
Controle Social. I. Título.

CDD

Dedico o presente trabalho, fruto de muito esforço e empenho, aos meus queridos e estimados pais, que sempre exercendo grande influência sobre minha personalidade, foram minhas fontes de inspiração na busca pela compreensão do que eles chamam de tempos bons.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, à Deus por permitir a mim a conclusão de mais uma etapa no processo de formação intelectual.

Aos meus amados pais, Wellington Monteiro Guerra e Francly Mendes Teixeira Guerra, pelo grande incentivo.

À minha querida irmã, Érika Guerra, pela disponibilidade em ceder um dos meios para ancoragem da pesquisa (a Internet).

Ao meu amado e admirável namorado, Thiago Mont'Alverne, que me ajudou na compreensão e discussão de idéias contribuindo para o enriquecimento de minhas visões sobre o tema e também pelos conselhos e grande paciência em ajudar-me a manter o meu auto-controle.

À minha querida prima Régia Dourado, que se mostrou uma verdadeira orientadora, onde através da sua paciência, dedicação, humildade e grande inteligência, reservou parte do seu tempo para fazer valiosas sugestões.

À prima querida também, Carmem Lúcia Furtado, que me ajudou no modelo de formação de alguns dos elementos principais deste trabalho.

Ao meu atencioso orientador, Tadeu Feitosa, que sempre se pôs às minhas ordens, atendendo-me prontamente nos devidos e até mesmo indevidos momentos de orientação, esclarecendo-me dúvidas e mostrando-me possibilidades de galgar novos horizontes.

Aos sábios amigos, Jefferson Veras, que desde o início mostrou-se a minha disposição auxiliando-me na elucidação de pontos até antes desconhecidos e dando-me plena atenção às correções necessárias; Joannes Paulus Silva (vulgo Potó), que me ajudou, satisfatoriamente, em muitos questionamentos e permitiu-me o empréstimo de materiais pertinentes à pesquisa e a Jonathas Carvalho pela ajuda precisa às questões de normalizações.

Aos funcionários das bibliotecas Governador Menezes Pimentel, Banco do Nordeste do Brasil e Biblioteca do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará (UFC) que dispendo de boa vontade trouxeram-me fontes de informação preciosas.

Ao professor Gilmar de Carvalho pela ajuda que, mesmo sendo nossas conversas somente através de e-mails, possibilitou-me traçar linhas de raciocínios lógicos.

Às amigas fiéis, Daniely Guedes, Sandra Simões, Andréa Ribeiro, Kátia Marreiro, Ryane Freire, Rafaela Guerra, Cristiane Guerra, Vanda Lima, Ada Karine e Márcia Morais que me proporcionaram momentos de alegria e descontração.

Enfim a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a formação deste trabalho deixo o meu muito obrigada!

RESUMO

A pesquisa aborda a cidade de Fortaleza nos anos da chamada *Belle Époque*, época de efervescência, de mudanças tecnológicas e comportamentais. Estudar esta época analisando costumes, agremiações culturais, criações de monumentos, permiti-nos conhecer melhor esta imensidão, que é a cidade de Fortaleza, bem como os processos de transformação pelo qual passou.

Palavras-chave: *Belle Époque* ; identidade nacional; memória histórica; controle social.

ABSTRACT

The work covers the city of Fortaleza in the years of the so called Belle Époque, time of effervescence, technological and behavioral changes. Studying this season analyzing customs, cultural associations, creations of monuments, let us know better this immensity, which is the city of Fortaleza, as well as the processes of transformation by which passed.

Keywords: Belle Époque; national identity; historical memory; social control.

SUMÁRIO

1. PRIMEIRAS REFLEXÕES	10
2. BELLE ÉPOQUE EM FORTALEZA: embelezamento e controle	15
3. IDENTIDADE NACIONAL COMO UMA FANTASIA	34
4. FORMAÇÃO DE UMA MEMÓRIA HISTÓRICA	40
4.1. ELEMENTOS CONSTITUINTES DA MEMÓRIA HISTÓRICA	45
4.2. POLÍTICA PATRIMONIAL DO INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	50
5. DESTRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	55
6. ÚLTIMAS REFLEXÕES	60
7. REFERÊNCIAS	63

1. PRIMEIRAS REFLEXÕES

Entender o hoje requer explicações advindas do passado. Fortaleza, considerada terra da luz, aboliu o regime escravo em 1884, antes mesmo da Lei Áurea (1888), possui a mais antiga Academia Cearense de Letras criada em 1894, antes da Academia Brasileira de Letras (1897), com certeza a cidade foi muito ousada para a época! Estudá-la significa analisar paradoxos pertinentes em quase todas as metrópoles brasileiras. A cidade acordou para uma época cheia de glamour e glória. Elites e classes dirigentes contribuíram para a construção de uma nova cidade, uma cidade que mesmo possuindo problemas diversos como as desgastantes secas e miséria da maioria da população, soube alinhar e contornar empecilhos propagando a falsa idéia de “belos tempos”.

Buscaremos identificar os elementos que constituem o passado de Fortaleza de 1860 a 1930, por que são partes de uma memória histórica rica em informações sobre os costumes da época, as novas tendências, as transformações, as formas de pensamentos e fatos que entraram para a nossa história. As informações, como objeto de análise e estudo dos profissionais bibliotecários, podem se materializar em objetos, monumentos, logradouros e edifícios garantindo a qualidade do conhecimento em suportes variados. Conhecendo as mudanças comportamentais pelas quais a cidade passou, estamos exercendo o poder da cidadania, conhecendo nossos direitos civis, a partir da análise do passado que poderá explicar o que a cidade é hoje. A difusão do saber produzido e sistematizado, de modo a garantir à população o acesso aos conhecimentos necessários à solução dos problemas do dia-a-dia e à elevação de seu nível cultural, são funções desempenhadas pelo bibliotecário que está exercendo seu papel social, buscando resgatar o conceito e a prática da cidadania. A pesquisa abordará os signos do passado que retratam a história e memórias múltiplas. Esses signos carregam consigo as informações do seu tempo, ao mesmo tempo em que – no devir do tempo – eles vão incorporando outras informações sobre a cidade. E é por isso que são, em essência, fontes históricas de informação. As informações contidas em suportes diversos são bens sociais que podem contribuir e provocar mudanças na sociedade devido ao caráter dinâmico e transformador desta informação.

A *Belle Époque* foi uma época de embelezamento da cidade cujo caminho era disciplinar a população pobre da Capital, cujos pobres (mendigos, prostitutas, doentes e

flagelados das secas) eram vistos como 'bárbaros'. A disciplina era utilizada como um instrumento controlador e ao mesmo tempo funcionou como um modelo a ser seguido para se chegar ao objetivo final, que era transformar a Capital num centro de glamour. Buscar entender este período é ir além da nomeação dos principais signos urbanos que compõem este cenário, pois é preciso analisar as verdadeiras intenções de sua criação, a que servia e para quem servia, sem deixar de analisar os contextos sociais que estes equipamentos urbanos representavam como formas de comportamento, de pensamento e maneiras de agir da época. Discutir questões sobre a história da cidade, é perceber objetos como fontes históricas de informação, é avaliar a política patrimonial, é criar possibilidades de conhecimento desta imensidão que é uma cidade. Foi então a partir desta época, que procuramos desenvolver linhas de raciocínio pautadas numa ferramenta que complementa toda esta visão, que é a Memória. Destacaremos que através do estudo da memória materializada nos objetos e equipamentos urbanos, dispomos de possibilidades de compreensão das transformações pelas quais a cidade passou, isto confere sentido à nossa "identidade" local.

Memória, no seu primeiro sentido, é a capacidade de reter algo ou algum fato que já passou. Chauí (2000) acredita que memória é uma atualização de lembranças reconstruídas. A memória é uma representação seletiva dos acontecimentos passados, onde o indivíduo toma como lembrança sempre fatos inseridos dentro de um contexto social, ou seja, ele vai lembrar-se individualmente, mas suas lembranças estarão associadas a um grupo maior, como a família, a escola, o trabalho, o estado, a nação. E a partir dela que garantimos a continuidade dos tempos e compomos nossos conhecimentos sobre nós mesmos e sobre os outros.

Memória histórica é a memória dos principais acontecimentos surgidos dentro de um grupo, é a nomeação daquilo que para o grupo tem mais representatividade. A memória gravada nos monumentos, nos edifícios, nos logradouros, nas estátuas, nas praças e ruas faz parte de uma memória histórica, ou seja, são registros de uma época que identificam uma sociedade, cujo significado destes signos tem grande importância para a coletividade. O espaço é o veículo propagador desta memória. É a partir dela que os seres humanos entendem as modificações urbanas ao longo dos tempos.

Tendo em vista que os objetos são fontes de estudo capazes de agregar informações acerca de uma época, presume-se que preservar e conservar são passos de manutenção da história de um povo. E é a partir disto que se pode conhecer a memória da cidade, através das informações registradas nos patrimônios arquitetônicos presentes e conservadas até os dias de hoje, que se transformam em fontes de informações preciosas, auxiliando na compreensão do desenvolvimento da urbanização.

A cidade de Fortaleza completou seus 281 anos no dia 13 de abril de 2007, ora comemorando por ser uma das cidades mais visitadas do Nordeste brasileiro, ora chorando devido ao descaso com o nosso patrimônio histórico cultural. Ainda não nomeamos como ícones de valorização e apreciação a nossa história e não temos pleno conhecimento da formação deste passado. Apesar desta constatação, observamos que está crescendo a preocupação com a questão da valorização da história da cidade. Políticas públicas e projetos estão sendo desenvolvidos por parte das autoridades governamentais, da iniciativa privada e das instituições de ensino, e como exemplo podemos citar o projeto “Roteiro Fortaleza a Pé”, que tem o objetivo de resgatar a história do Centro da Capital, incentivando turistas e cidadãos a conhecer, conservar, preservar e difundir nossa história através de uma caminhada a pé percorridos pela visita guiada em que são apresentados prédios e monumentos antigos de Fortaleza. Este projeto já existe há doze anos e foi criado pelo professor de turismo Gerson Linhares que acredita no processo de re-qualificação do centro. Ao todo são contempladas 22 edificações e praças ao longo do trajeto. Segundo o *Fortaleza Convention & Visitors Bureau*, fundação privada e sem fins lucrativos que também ajuda no financiamento do projeto, a capital é a única no Brasil a dispor de um percurso turístico-cultural a pé sinalizado pelo centro histórico. Tombamentos também estão sendo efetivados seguindo a política de patrimônio nacional.

Há também a organização de seminários como a “Memória e Urbanidade – 280 anos: desconstrução e reconstrução de Fortaleza?”, uma iniciativa da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e do Jornal Diário do Nordeste (2006), onde foi discutida a cidade não somente como local de beleza e turismo, mas uma cidade que possa dispor de um planejamento participativo, incluindo através de projetos democráticos a periferia.

O trabalho se caracteriza como sendo uma pesquisa exploratória, de caráter reflexivo sobre a Memória histórica da cidade de Fortaleza em uma determinada época, sem a

intenção de transformar os equipamentos urbanos em elementos técnicos, tendo em vista que nada possa inviabilizar esta possibilidade, pois se trata de um processo em aprendizagem. No primeiro capítulo será apresentado uma visão geral do que foi a *Belle Époque*, seu desenvolvimento e suas características; no segundo capítulo apresentaremos uma breve explicação sobre a questão da identidade nacional; no terceiro falaremos sobre a Formação de uma Memória Histórica e no último capítulo apresentaremos as conseqüências da falta de manutenção com o nosso Patrimônio Cultural.

Demonstrando forte influência sobre a formação deste trabalho, destacamos como razões principais o gosto pela análise da Memória e da História da cidade oriundo, inicialmente, pelas influências de familiares e, posteriormente, pelas disciplinas ofertadas pelo Curso de Biblioteconomia como Introdução aos Estudos Históricos, Introdução a Sociologia, Introdução a Filosofia, História dos Livros e das Bibliotecas e História da Cultura e dos Meios de Comunicação, onde foram suscitadas questões sobre Memória, Registro, História, Cultura, Identidade, enfim, muitas considerações que favoreceram a formação desta pesquisa. Através da interdisciplinaridade promovida pelo Curso, obtivemos possibilidades de nos reportar aos principais acontecimentos políticos, econômicos, intelectuais e sociais desta época para assim identificarmos quais elementos configuram o passado da chamada *Belle Époque*.

Auxiliados também pelas ciências colaboradoras, o trabalho recebeu a ajuda da Geografia Física, que serviu de base para a localização de bairros, ruas e praças; a Geografia Humana, que contribuiu com as suas observações sobre planejamento urbano; as Ciências Sociais que a partir das análises dos fatos sociais como o modo de pensar, as atividades exercidas e os costumes praticados, possibilitou-nos examinar as influências dos grupos sociais dirigentes sobre os indivíduos; a Cronologia, que permitiu-nos localizar no tempo os feitos, os acontecimentos pertinentes à época e por fim, a Psicologia, onde analisamos comportamentos e medidas controladoras dirigidas a grande massa da população de Fortaleza.

Para desenvolvimento da pesquisa utilizamos-nos de fontes primárias de informação, principalmente de livros, periódicos e sites, onde a partir de análises estabelecemos inicialmente um conhecimento geral do tema, reportando-nos a leituras de jornais, principalmente, sobre questões ligadas ao Patrimônio dos bens da cidade e mais adiante,

com a intensificação de leituras mais específicas em que exploramos idéias e arriscamos raciocínios.

Compreendendo o espaço urbano da nossa cidade, acompanhando suas transformações, consideramos cabível classificar esta pesquisa teórica como um ponto capaz de enriquecer o vasto campo do conhecimento científico, visto que profissionais da área da informação exercendo posturas críticas e reflexivas, estudantes e a população como um todo, podem se beneficiar obtendo como meio de compreensão algumas informações pertinentes sobre a nossa cidade.

2. BELLE ÉPOQUE EM FORTALEZA: embelezamento e controle

A *Belle Époque* em Fortaleza teve início em 1860 durando até as primeiras décadas do século XX. *Belle Époque* foi à expressão utilizada para significar a:

(...) a euforia européia com as novidades extasiantes decorrentes da revolução científica- tecnológica (1850-1870 em diante). Com efeito, esse período, momento fundante do nosso mundo contemporâneo, é marcado por um intenso fluxo de mudanças que não só produziu transformações de ordem urbana, política e econômica, como também afetou profundamente o cotidiano e a subjetividade das pessoas, alterando seus comportamentos e condutas, seus modos de perceber e de sentir. (PONTE, 2004, p.162 -163)

O termo *Belle Époque* (belos tempos) é um termo francês próprio da sociedade urbana entusiasmada com as invenções, as descobertas, as produções culturais, as modas oriundas da Segunda Revolução Industrial¹ (1850-1870) e também da Primeira Guerra Mundial. A sociedade está admirada e encantada com o surgimento do automóvel, do cinema, do telefone, da eletricidade, do avião, caracterizando uma época de efervescência, de transformação. Os principais irradiadores foram Inglaterra e França. O Brasil, sofrendo influência principalmente de Paris, abole o regime escravo, instaura a República, institui o trabalho assalariado e novos valores sociais são impostos. Reformas urbanas e sociais foram utilizadas com o objetivo de modernizar as cidades que seguiam estruturas disciplinantes e excludentes.

A cidade de Fortaleza foi alvo desta modernização. Ruas alinhadas, prédios e hotéis elegantes, praças arborizadas, linhas de bondes, iluminação a gás, enfim, a introdução de vários equipamentos urbanos significava progresso e beleza e a disciplina foi o instrumento utilizado para a manutenção da ordem, sobretudo para a população mais pobre, considerada 'bárbara' pelos os membros mais poderosos da sociedade, como a elite. Foucault (1997) discorre sobre as sociedades disciplinares:

Duas imagens, portanto da disciplina. Num extremo, a disciplina – bloco, a instituição fechado, estabelecido à margem, e toda voltada para funções negativas: fazer para o mal, romper as comunicações, suspender o tempo. No

¹ Segunda Revolução Industrial: Surge sob a pressão dos movimentos operários e camponeses sobre a burguesia, das inovações técnicas, da descoberta da eletricidade, da transformação do ferro em aço, do avanço dos meios de transporte, dentre outros. A Revolução foi um dos fatores que desencadearam a I Guerra Mundial, devido às disputas por áreas comerciais e coloniais.

outro extremo, com o panoptismo, temos a disciplina – mecanismo: um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho das coersões subtis para uma sociedade que está por vir. O movimento que vai de um projecto ao outro, de um esquema da disciplina de excepção ao de uma vigilância generalizada, repousa sobre uma transformação histórica: a extensão progressiva dos dispositivos de disciplina ao longo dos séculos XVII e XVIII, sua multiplicação através de todo o corpo social, a formação do que se poderia chamar grosso modo a sociedade disciplinar. (FOUCAULT *apud* LOPES; SANTOS, [s.d])

A disciplina foi usada para manter o controle social, reeducando cada indivíduo, seja por meio de instituições como a família, escolas, hospitais, asilos e cadeias. Este poder tanto servia para punir, reprimir, quanto funcionava como um modelo para orientar os outros indivíduos. No próximo capítulo apresentarei com mais profundidade os processos identitários, mas adianto que o “poder disciplinador”, segundo Hall (1997), foi um dos fatores que contribuiu, na Idade Contemporânea, para a formação de uma identidade fluída, visto que a disciplina é capaz de alterar comportamentos e condutas. Os equipamentos urbanos eram regidos, então, por estas normas de conduta comportamental que ‘civilizariam’, colocariam os marginalizados (loucos, mendigos, prostitutas, doentes) em seus devidos lugares.

Estava instalado na cidade um projeto civilizatório, de caráter europeizador, patrocinado pelas elites políticas, econômicas e intelectuais. Norbert Elias em sua obra intitulada “Processo Civilizador”, destaca como o comportamento do homem é moldado podendo sofrer mudanças na personalidade devido aos fatos históricos ocorridos no interior das sociedades. Elias elabora a teoria do processo civilizador, buscando entender o desenvolvimento da história humana. Tomando como referência livros de etiqueta e de boas maneiras, Elias mostra que desde a Idade Média nossos comportamentos sofreram e sofrem mudanças impostas pelas classes dirigentes que moldam a vida social, onde a espontaneidade deu lugar à regra e a repressão:

A moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito – todos estes são distintos aspectos da mesma transformação de conduta, que necessariamente ocorre com a monopolização da violência física e a extensão das cadeias da ação e interdependência social. Ocorre uma mudança “civilizadora” do comportamento. (ELIAS *apud* GUIMARÃES, 2007, [s.p.])

Os fatos sociais consistem em modos de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e dotados de um poder coercitivo pelo qual se lhe impõem. (DURKHEIM *apud* BOSI, 1994, p. 54)

O indivíduo vai sofrer influência da sua personalidade (mente) devido às regras e ditames sociais imposto pela sociedade.

O que levou a capital a obter meios de proporcionar esta modernização foi a Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América (EUA). A produção de algodão cearense despontou, fazendo de Fortaleza o principal centro urbano, daí a capital ter se expandido tanto no comércio, como quanto na população, na estrutura espacial e também na cultura. Assim houve a transferência da capital da cidade de Aracati para a cidade de Fortaleza, assumindo então o título de capital do Estado.

A elite junto aos segmentos políticos procurou legitimar seus interesses utilizando-se de técnicas e estratégias de normalização social, que buscassem corrigir os problemas da população e da cidade. Eram medidas como: campanhas de vacinação, revistas informacionais, fiscalizações de água e esgoto, atenção em ambientes fechados, internação de deficientes mentais e menores abandonados. Houve também mudanças na construção urbana passando a se fazer edifícios mais luminosos e arejados, manteve-se o cuidado intenso com a preservação e multiplicação de áreas urbanizadas, e casas com jardins que favorecessem a quantidade saudável de luz e ar. O controle com os modos higiênicos também eram bastante fiscalizados, havia o serviço de limpeza pública com distribuição de reservatórios de lixo, enfim, medidas sanitaristas que para a elite seria a receita do progresso.

A saúde foi usada no processo de remodelação por que se acreditava que uma cidade moderna somente poderia produzir economicamente se abrigasse homens sadios e à medida que a cidade crescia intensificavam-se as reformas e os discursos sanitaristas. Em 1857, criou-se a Santa Casa de Misericórdia e o Lazareto da Lagoa Funda que recebiam os flagelados das secas e os vitimados das doenças como a febre amarela e a cólera. Em 1886, é criado o Asilo de Alienados São Vicente de Paulo, em Arronches, hoje Parangaba, o asilo foi criado para abrigar a massa doente que aos olhos do capitalismo para nada serviam.

Desta forma, para cada indivíduo considerado um 'entrave' ao processo de remodelação, teria um local destinado. Asilo da Mendicidade para confinamento de idosos e mendigos; Lazareto da Lagoa Funda para abrigar os doentes; Asilo da Parangaba para os

doentes mentais; Cadeia para os marginais, até mesmo a construção do Cemitério São João Batista em local mais afastado (alojado no atual bairro da Jacarecanga), foi com o objetivo de segregar sadios e doentes, visto que as pressões médicas quiseram anular o antigo cemitério (São Casemiro, hoje Praça da Estação) alegando comprometimento de estado sanitário, onde se sepultavam vítimas de epidemias contagiosas, como a cólera, ocorrida entre 1862 e 1864, ficando próximo do perímetro central urbano, ocasionando medo por associar a morte com a questão da falta de saúde. Deste modo, instituições eram criadas visando o controle, a segregação e a mudança comportamental.

O controle deveria ser imposto de maneira rigorosa porque a cidade estava crescendo e os hábitos deveriam mudar. A iluminação a gás carbono, por exemplo, chegou para substituir a do azeite de peixe e com isso as noites fortalezenses tornaram-se mais longas aumentando-se as possibilidades de novas formas de socialização, isto se tornou uma preocupação que deveria ser controlada. O Código de Posturas criado em 1865, vigorando em 1893 sob o comando do intendente Guilherme Rocha também retrata as estratégias de normalização promovida pela elite. Tudo o que dificultasse o fluxo de automóveis e pessoas seria reprimido, exigia-se arejamento e limpeza nos armazéns e eram aplicadas multas as farmácias que não estivessem licença ou vendessem medicamentos não autorizados. As medidas eram benéficas, porém a sua forma de atuação e propagação era seguida pelo extremo controle e rigor, onde a população se sentia vigiada e presa.

Para ordenar a cidade espacialmente foi contratado o engenheiro arquiteto Adolfo Herbster que em 1875 elaborou a “Planta Topográfica de Fortaleza e Subúrbios”, conferindo uma legítima separação entre o centro e o subúrbio. Herbster foi influenciado pelo traçado xadrez de Silva Paulet, projeto já construído em 1816. O plano urbanístico corrigia becos e ruas sinuosas, formando um traçado retilíneo para agilizar o fluxo de pedestres, carros e mercadorias. Este traçado em xadrez já foi usado entre muitos governos, dentre eles, o de Alexandre, O Grande; ingleses, espanhóis, romanos, todos com o intuito de dominação e ordenamento da expansão urbana. Como a planta garantia a facilidade de escoamento do movimento urbano e também objetivava o alinhamento por vias mais longas, ficou também mais favorável a vigília do poder público sobre a população. A disciplinarização urbana da cidade estava voltada para o reajustamento social das camadas populares através do controle espacial, por meio do comportamento e da saúde.

A seca de 1877-1879 causou danos ao novo processo de remodelação. Fortaleza recebeu muitos sertanejos que se instalaram nos subúrbios precários e se tornaram vítimas da febre amarela. O Lazareto da Lagoa Funda teve sua capacidade extrapolada, recebendo mais de 1000 cadáveres em apenas um dia, episódio conhecido como “o dia dos mil mortos”. Muitas pessoas se deslocaram do interior para a capital, surtiram epidemias como a varíola que vitimou mais de 100 mil pessoas. Até mesmo a esposa do presidente da província do Ceará se contaminou com a varíola, fazendo com que ninguém mais se sentisse protegido e salvo. O hospital de Lazareto Fundo não comportava tamanha quantidade de doentes, os cadáveres eram retirados pelos voluntários, pelos “gatos-pingados²” que em troca do serviço exigiam a diária de mil réis, comida e o fornecimento de aguardente.

A população de Fortaleza era tão provinciana e ingênua, devido à falta de conhecimentos e informações quanto aos cuidados médicos, que foi preciso Rodolfo Teófilo criar uma espécie de lenda para vacinar as pessoas contra as epidemias:

Para dobrar tal resistência teve que ser paciente, oferecer dinheiro e ser enérgico mesmo em algumas ocasiões. Revela, entretanto, que obteve mais sucesso quando se lhe tocou a idéia de servir-se do imaginário “mágico” e “supersticioso” do povo para inventar que a vacina que portava fora descoberta por um inglês de nome Jenner, após a aparição de um anjo de Deus que lhe revelou como fabricar um milagroso líquido capaz de salvar seus conterrâneos então atingidos por mortal epidemia de varíola. (PONTE, 2001, p. 108)

Rodolfo Teófilo foi um farmacêutico que aplicou gratuitamente as vacinas contra a varíola na população de Fortaleza. Crítico ferrenho da oligarquia de Accioly, Rodolfo afirmava que este governo se preocupava mais com o embelezamento que com a questão da insalubridade da cidade. O farmacêutico atendia em casas, tentando convencer a população mais humilde da profilaxia. A varíola vitimou muitas pessoas causando medo e paralisando o movimento urbano, houve reforço salutar da polícia sanitária, incentivado pela elite e governo, já que a cidade moderna não poderia agregar doentes que não produziram e ainda mancharam o esplendor da cidade.

² “Gatos-pingados”: Eram as poucas pessoas encarregadas de levarem o morto vitimado para ser enterrado. Geralmente, trabalhavam alcoolizados devido às condições precárias para tal serviço.

Depois de três anos de seca e varíola, Fortaleza ressurgiu dando continuidade ao seu remodelamento. Em 1880 a cidade é presenteada com os bondes e o Passeio Público.

Os bondes eram puxados por burros para suprir a necessidade de um meio de transporte coletivo. Até as ruas por onde passavam os bondes tornavam-se valorizadas, flertes também foram desencadeados pelos bondes, onde moças e rapazes se espiavam da janela para vê-los passar.

Já o Passeio Público surgiu pela necessidade de uma área própria para o lazer público, onde se pudesse passear a pé (footing), se encontrar com os amigos (meeting) e paquerar (flert). Ele possuía bancos, canteiros, café-bar, réplicas de esculturas clássicas e os curiosos planos divisórios, conferindo uma divisão extremamente segregacionista onde no primeiro plano este mais arborizado e mais próximo ao mar, era exclusivo da elite; no segundo plano, as camadas médias e no terceiro plano aos menos favorecidos. Esta divisão, no século XIX, era vista como que quase natural não se sabe de revoltas e conflitos, mesmo porque as pessoas, constantemente vigiadas, mantinham um certo conformismo. Ele foi superado a partir do século XX, com o Teatro José de Alencar (1910) e os cines Majestic (1917) e Moderno (1922):

O Passeio Público de Fortaleza foi edificado no antigo Campo do Paiol (depois denominado Praça dos Mártires em homenagem aos cearenses que lutaram na Confederação do Equador e que ali foram executados). Sobranceiro ao mar e bem arborizado, o logradouro foi murado e decorado com estátuas representando divindades mitológicas gregas, canteiros, coreto, café, passarelas pavimentadas e longo bancos. Atração imperdível às quintas e domingos, o Passeio lotava-se de gente elegante para mostrar as últimas modas chegadas no dernier bateau (último navio) vindo da Europa. A banda municipal embalava os namoros, os flertes, e o borboletear de um lado para o outro dos passantes. (PONTE, 2004, p. 170)

[...] tinha vista para o mar, bancos, coreto, jardins repleto de flores, lagos artificiais, estátuas de divindades mitológicas, árvores frondosas etc, etc. Era um éden a servir de passarela para o desfile de elegantes e palco para o exercício de uma sociabilidade europeizada. (PONTE, 2006, p. 73)

Hoje o Passeio Público é tombado e é muito freqüentado por prostitutas e vez por outra por curiosos que se aventuravam ignorando a falta de segurança, isto em virtude da degradação do centro da cidade, mas, recentemente a Praça dos Mártires, também assim conhecido, passou por reformas e restaurações, sendo recuperados jardins, pisos, bancos e o quiosque que servirá como cafeteria, já que o Passeio Público foi nomeado como uma

extensão do Evento Casa Cor 2007, funcionando como uma ante-sala que abrigará uma programação artística do evento. Os responsáveis pelas reformas garantem que a proposta é continuar, mesmo terminado o evento, oferecendo a população local uma programação rica em informação.

Além do Passeio Público, as Praças do Ferreira e a Marquês de Herval (José de Alencar), a qual falarei mais adiante, sofreram modificações entre 1902 e 1903, receberam jardins grandiosos e adornos semelhantes aos do Passeio Público.

A Praça do Ferreira foi assim chamada devido ao boticário Antônio Rodrigues Ferreira, natural do Rio de Janeiro. Ele abriu sua farmácia na Rua Major Facundo e transformou seu ponto comercial em centros de reuniões políticas e sociais. Foi Presidente da Câmara e Intendente municipal realizando grandes serviços para a cidade. Promovia carnavais e incentivava as pessoas a freqüentarem a praça. A praça era muito peculiar. Os comerciantes interessados no aumento das vendas usavam os nomes franceses para atrair mais fregueses e várias lojas surgiram como: a Maison Moderne, Café Riche, Hotel de France e ainda tinha aqueles que trocavam de nome pela espirituosidade popular que a tudo ironizava, como o vendedor de garapa de cana-de-açúcar, conhecido como Bem-Bem Garapeira, que mudou seu nome inspirado na influência francesa:

Tipo popular na cidade por seu jeito brincalhão, Bem-Bem não resistiu à onda de afrancesamento, juntou dinheiro e foi conhecer Paris. Voltou extasiado e proclamando que aquilo que era cidade: todos falavam francês, até os pobres, as meretrizes e as crianças; que tendo que escrever o nome e a profissão no hotel, e já que a língua era outra, registrou: “Bien-Bien Garapière”; e que a única palavra que ouvira em português fora “mercibocu”!. (PONTE, 2006, p. 74)

Em 1922 foi inaugurado o “banco da opinião pública”, onde se reuniam muitas pessoas para discutirem sobre política, conversar sobre a vida alheia, fofocar, enfim, assuntos bem diversos. Havia ainda, dentre os vários bancos, uma sutil divisão na sua ocupação, evidenciando também a política segregacionista vista no Passeio Público:

[...] havia o banco ocupado por médicos; advogados, magistrados e intelectuais ocupavam outro; os banqueiros, comerciantes e outras pessoas gradas se dirigiam bem vestidos nos seus ternos... (ALMADA, 2007, p.1)

A Praça ainda abrigou na década de 80 do século XIX os quatro elegantes quiosques denominados de “Café do Comércio”, “Café Iracema”, “Café Elegante” e o “Café Java”, este último muito conhecido por abrigar os intelectuais da Padaria Espiritual a qual falarei mais adiante. Era na praça que se encontravam as repartições públicas, os pontos comerciais e o ponto de partida e de chegada dos bondes:

Os cafés - Java, Elegante, Iracema e do Comércio - a exemplo de seus congêneres parisiense, espalhavam mesas ao ar livre reuniam políticos, intelectuais e boêmios, principalmente a partir do final da tarde. Ali discutiam as últimas novidades políticas e literárias, enquanto se regalavam com aperitivos e assistiam ao espetáculo da multidão em desfile. O preferido pela jovem intelectualidade boêmia era o Café Java. Foi nele que Antonio Sales e parceiros tiveram, em 1892, a sublime idéia de criar uma agremiação literária diferente, absolutamente avessa às existentes: a Padaria Espiritual. (PONTE, 2004, p. 171)

Em 1914, sob a gestão do prefeito Raimundo de Alencar Araripe, a praça foi reformada, ganhando iluminação bastante moderna. Já em 1920, o prefeito Godofredo Maciel retira todos os quiosques e constrói o coreto para os músicos das bandas das Polícias do Estado e do Município. Raimundo Girão, em 1932, autorizou demolir o coreto, e o substituiu pela “Coluna da Hora”, inaugurada em no dia 31 de dezembro de 1933.

A praça abrigou o famoso Edifício Excelsior Hotel, pertencente ao comerciante Plácido de Carvalho, sendo considerado o primeiro hotel de nível internacional da região Nordeste, segundo Almada (2007, p. 3). Ele abrigou o Café Riche e foi inspirado num edifício em Milão. Em estilo eclético, utilizava na sua estrutura alvenaria de tijolos e trilhos de trem. Foi inaugurado em 1931 possuindo nove andares. Possuía alguns luxos como água aquecida, luz elétrica, cozinha internacional e cômodos confortáveis. Hoje o prédio abriga alguns inquilinos.

O comerciante também construiu grandes monumentos em Fortaleza como o Palácio Plácido, edificado por volta de 1912 e localizado na Avenida Santos Dummont. Era uma cópia do Palácio Veneziano e foi construído em homenagem a sua esposa, Pierina Rossi. O Palácio possuía pequenos chalés para abrigar os serviçais do castelo e nos anos 60 foi vendido e demolido. Hoje, no mesmo local, funciona a Central de Artesanato Luíza Távora. O rico comerciante também construiu o Cine-Teatro Majestic Palace e o Cinema Moderno, ambos não mais existentes.

Voltando as repartições comerciais da Praça do Ferreira, havia a Loja Broadway, atual Tok Discos; no lugar do Cine São Luiz, havia o Cine Polytheama. A Farmácia Pasteur, atual Lojas Marisa e Farmácia Avenida. O Cine Majestic e Bar, que na década de 1940 sofreu um incêndio, e por isso foi demolido, dar lugar atualmente as Lojas Riachuelo, Duda's Burguer e Farmácia Osvaldo Cruz. E por fim, o Cinema Moderno, o qual conferia a cidade uma elegância e imponência, e hoje corresponde a Sapataria Nova e Clínica de Olhos Rosângela Francesco.

Na administração de Juraci Magalhães, entre 1990 a 1992, a praça recebeu novas reformas do arquiteto Fausto Nilo e Delberg Ponce de León.

A Praça Marquês de Herval, popularmente conhecida como Praça José de Alencar, abriga o Theatro José de Alencar, a Igreja do Patrocínio, a sede do Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) e um monumento ao escritor cearense José Martiniano de Alencar. O logradouro já foi estação rodoviária, feira livre e mercado de ambulante. Antigamente, antes de 1870, a praça era chamada de Largo do Patrocínio devido à Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio erigida em 1849. Em 1870 tem seu nome alterado para Marquês de Herval, não ganhando a simpatia da população que insistia em denominá-la pela nomenclatura anterior. Em 1912 chamou-se Jardim Nogueira Accioly, com a deposição da Presidência do Estado, o povo a rebatizou-a de Franco Rabelo, numa homenagem àquele que assumiu o governo depois de Accioly. Somente em 1929, sob o governo de Álvaro Weyne, em razão do centenário de nascimento do escritor José de Alencar, é prestada uma homenagem dando seu nome a praça, juntamente com a inauguração do monumento também do romancista cearense. A praça era muito arborizada, possuía bancos de madeira e ferro, colunas, estátuas, jarros ornamentados e coretos. Durante as tardes havia bandas de músicas, embalando o público com valsas e xotes. Sobre o Teatro falarei mais brevemente. Em relação ao monumento vale dizer que o mesmo ainda existe na praça, mas encontra-se sob péssimas condições de conservação. Seus adornos em bronze estão sujos, o monumento está pichado revelando uma extrema falta de respeito com o nosso Patrimônio Cultural.

De 1896 a 1912 estive no Ceará a gestão da Oligarquia do Presidente Antonio Nogueira Accioly. Nesta época Fortaleza recebeu Guilherme César Rocha como prefeito

intendente, este prefeito foi o administrador que mais se empenhou pelo embelezamento da cidade.

Concluída no governo de Accioly, o Mercado de Ferro foi inaugurado, contando com decoração *art-nouveau*, revestido de estrutura metálica vinda da França e localizado na Praça do Ferreira. O Mercado de Ferro, na verdade, iniciado no governo de Bezerril Fontenele (1892-1896), foi concluído no governo de Accioly em 1897, sendo considerada a primeira grande obra municipal do Intendente Coronel Guilherme Rocha. O Mercado era imponente e bastante moderno, trazia a novidade do emprego do ferro que conferia a ele muita elegância e beleza.

As obras construídas deveriam despertar na população a crença na moral trazida pelo progresso civilizador (devido à imponência dos equipamentos urbanos a população deveria mudar seus hábitos, cultivar boas maneiras) e uma utilização socioeconômica que visasse estimular o trabalho, a produção e as classes sociais, tanto é que as praças eram ornamentadas com vasos importados, canteiros de flores, chafarizes, tudo visando o embelezamento, a facilitação de circulação e a imposição de regras de sócio-habilidade, de convívio e utilização do espaço público. Ponte (2001) cita Guilherme Rocha no seu discurso de inauguração do Mercado, evidenciando o caráter de reeducação de hábitos e costumes:

Os grandes monumentos de um povo são escolas de virtude cívica e têm missão civilizadora. Neles se aprende a amar o progresso que se afirma pela solidariedade social e pela pacificação dos espíritos e dos corações [...] Prova documental de quanto merece o conceito universal do progresso. (PONTE, 2001, p.35)

Atualmente o mercado está dividido: um pavilhão está no bairro da Praia de Iracema (Mercado dos Pinhões, chamado também de Mercado das Artes), que foi reformado e hoje oferece uma programação cultural bem diversificada para os diversos públicos da Capital e o outro pavilhão está no bairro da Aerolândia (Mercado da Aerolândia). Foram modeladas também, durante esta época, as praças do Ferreira, a do Marquês do Herval e a da Sé. Elas ganharam novos logradouros, jardins mais vistosos, estátuas de inspiração clássica, chafarizes etc.

Em 1906, é inaugurada a Ponte Metálica para embarque e desembarque de passageiros e cargas. Foi construída em armação de ferro e piso de madeira. Depois, o piso passou a ser de aço e sua estrutura toda metalizada, recebendo o apelido de Ponte Metálica. Também foi chamada de Porto de Fortaleza. Durante os dias de partida e chegada de passageiros a ponte lotava de curiosos, eram dias de festas. Com iluminação a gás, bancos de madeira e ferro, havia um quiosque chamado Casa de Pasto, onde se vendia cafés e comidas. Desde a criação do Porto do Mucuripe, em 1938, a ponte, localizada na Praia de Iracema, foi desativada e hoje abriga pessoas que fizeram da mesma a sua morada.

Em 1910 foi erguido o Teatro José de Alencar, garantindo a mais imponente obra do governo aciolino. O Teatro é fundido em ferro e aço trazidos da Escócia, tem frisas, camarotes e torrinha. Os trabalhos de pintura do teatro são de Ramos Cotôco, José Vicente, Antônio Rodrigues, Gustavo Barroso e Jacinto Matos. Hoje o teatro dispõe de uma grande infra-estrutura, possuindo um auditório para 120 lugares e o espaço cênico a céu aberto, além do Teatro Morro do Ouro; a praça Mestre Pedro Boca Rica; a Biblioteca Carlos Câmara; a galeria Ramos Cotôco; o Colégio de Dança do Ceará; Colégio de Direção Teatral; a Orquestra de Câmara Eleazar de Carvalho e o Curso Princípios Básicos de Teatro e a sede do Centro de Artes Cênicas (CENA). O teatro foi tombado pelo o IPHAN em 1964.

A oligarquia se manteve no poder por 16 anos, e somente após muitas fraudes nas eleições, nepotismo e enfraquecimento na economia, a oposição lança a candidatura de Franco Rabelo. Rabelo passou a desenvolver campanhas políticas, comícios e passeatas obtendo ampla aceitação na capital e o governo de Accioly desejoso na intimidação do movimento, não hesitou em atacar violentamente uma destas passeatas, a passeatas das crianças:

O desfile infantil prenunciou-se tenso, uma vez que no seu trajeto da praça Marquês do Herval até a Praça do Ferreira, dois policiais à paisana, identificados em meio à passeata, foram surrados por populares. Um grande paredão de policiais armados e montados a cavalo aguardava na Praça do Ferreira. No final da tarde, a passeata chegou, concentrou-se e aplaudiu os diversos comícios. Quando dois terços da multidão já havia retirado-se do logradouro, ouviu-se disparos vindos não se sabe de onde, o que bastou para a policia montada investir sobre o restante de centenas de pessoas e crianças, pisoteando-os, provocando grande correria e, a seguir, embates corpo-a-corpo e troca de tiroteios. (PONTE, 2004, p. 182)

A população mostrou sua indignação depredando as praças embelezadas pelo o então governo. Saquearam lojas, destruíram bondes, quebraram postes de iluminação. Sebastião (2004) acredita que esta revolta não, apenas, se tratava pela deposição de um governo fraudulento, mas sim pelas constantes ações ancoradas nos equipamentos urbanos que objetivavam a disciplina, o rigor, o controle.

Franco Rabelo, apesar de permanecer por pouco tempo no governo devido a Sedição de Juazeiro³, fez várias modificações nas configurações da cidade sob a responsabilidade do Intendente Municipal Ildefonso Albano. Albano formou uma nova guarda policial cívica, disseminou campanhas de vacinação, instalou o Instituto de Proteção e Amparo à Infância, onde crianças necessitadas eram ajudadas, criou as vilas operárias que tinham o objetivo de disciplinar a moral do trabalhador e estimular o gosto por uma moradia agradável, onde os moradores pudessem levar uma vida regrada, segura, evitando desgaste de saúde nas ruas, bares e bordéis.

A Praça General Tibúrcio também foi reformada, tendo canteiros sinuosos, coreto, bancos importados e combustores que deixaram a praça mais iluminada. A praça, que homenageia o cearense participante da Guerra do Paraguai, possui as famosas estátuas dos leões de bronze trazidas de Paris no começo do século XIX, formando com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída em 1730 pelos escravos, um importante conjunto arquitetônico de Fortaleza. Temos ainda naquele entorno o Palácio da Luz, construído no final do século XVIII e hoje abriga a Academia Cearense de Letras e a antiga Assembléia Provincial, construída em 1871, o atual Museu do Ceará, tombado como Patrimônio Histórico em 1953 e considerado o maior museu do Estado, contando com 1.141 peças históricas e antropológicas.

Em 1914 é inaugurado o Palacete Ceará, sendo considerada umas das obras mais representativas do século XX. A edificação era de propriedade do Sr. José Gentil Alves de Carvalho. Contava com amplos salões, restaurante e abrigou o Clube Iracema, núcleo de encontro, somente, da elite da cidade. Foi adquirido pela Caixa Econômica Federal em

³ Sedição de Juazeiro: Conflito armado ocorrido na região do Cariri, interior cearense, em 1914. O confronto se deu entre as oligarquias cearenses e o governo federal provocado pela interferência do poder central na política estadual.

1945. Vitimado por incêndio em 1982, teve seu interior completamente destruído, mas foi recuperado em bom estado. Teve seu tombamento em 1968.

Um ano mais tarde, em 1915, é inaugurado o Teatro São José. Inicialmente, era um grande galpão coberto de zinco, construído com a colaboração dos operários do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos de São José. Lá se apresentavam peças teatrais, sessões de cinemas, jogos, onde tudo era usado como atração para a arrecadação de investimentos com o fim de terminar a obra. O teatro completamente construído recebeu a presença de grandes personalidades, dentre as quais a de Carmem Miranda. Hoje o teatro também abriga o Museu do Maracatu e o Centro de Convivência do Idoso, oferecendo programas culturais, assistência médica e até serviços funerários.

Em 1922, Ildelfonso Albano reforma o Parque da Liberdade que recebeu gradil de ferro, muretas de alvenaria de estilo colonial, portão de entrada com azulejos portugueses e outros adereços internos. Como o Estado do Ceará foi o primeiro do país a abolir com o regime escravo (1884), antes mesmo da promulgação da Lei Áurea em 1888, fato este ocorrido porque o Estado do Ceará não necessitava da mão-de-obra escrava, muitos locais foram batizados fazendo alusão a liberdade, como o Parque da Liberdade, atualmente denominado de Parque das Crianças. O Parque mudou de nome em 1922, passando a se chamar Parque da Independência, devido ao centenário da Independência do Brasil. Na década de 30, recebe o nome de Cidade da Criança e em 1948 volta ao nome antigo de Parque da Liberdade. Hoje, o logradouro abriga a Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI) e se desenvolvem trabalhos sócio-educativos para os menores abandonados. Atualmente, algumas pessoas vão para passear, namorar, mais temem a violência e reclamam das condições de má conservação do Parque.

Também em 1922, a praça localizada próximo ao Teatro São José, recebe a denominação de Praça do Cristo Redentor por abrigar o monumento de uma coluna com Cristo no topo, com 35 metros de altura. O monumento representa o olhar de Jesus Cristo sobre a cidade e foi construída pelos membros do Círculo de Operários Cristãos de Fortaleza.

A Ponte dos Ingleses teve sua construção iniciada por volta de 1920 a 1923 pela empresa inglesa Nestor Grifts. Equivocadamente chamada de Ponte Metálica, a ponte foi

recuperada em 1994, contando com 120 metros de comprimento, muretas de proteção e piso de madeira.

As introduções destes equipamentos urbanos, bem como as transformações produzidas estavam ligadas ao grupo político vigente ou aos grupos econômicos mais fortes. A mudança de nomes em praças e ruas, por exemplo, começou pela metade do século XIX, por volta de 1860. Com a euforia econômica causada pelo algodão cearense, a cidade recebeu levas de gente aumentando sua população. Como se já não bastasse, as secas provocaram o êxodo rural, contribuindo para o aumento da quantidade de ruas e dos espaços geográficos. As ruas antigamente tinham sua nomenclatura atribuída pela tradição ou função e edificações que lhes caracterizavam, exemplificando um modo mais fácil de se orientar, pelo fato da maioria da população ser iletrada:

“A Costa Barros, por exemplo, já se chamou rua da Aurora e depois rua do Sol. Se você andar por ela, ao meio dia, você entende o porquê. Não há nenhuma sombra.” (LUÍS, 2006, p.4).

Havia assim a Rua da Estrada do Gado, onde ficava um matadouro de bois, hoje se chama Justiniano de Serpa; Rua do Cajueiro, devido lá se encontrar muitos cajueiros, atual Pedro Borges; Rua das Flores, que ficava próxima ao Cemitério São João Batista, atual Castro e Silva. Como a população aumentou a cidade sentiu a necessidade de ser cartografada, já que não dava mais para decodificar a cidade apenas usando a memória. Então, ruas e praças passaram a receber nomes de personalidades ilustres, demonstrando além de uma simples localização, uma demarcação do poder. Foi um verdadeiro jogo político a disputa entre autoridades municipais desejosos em ter estampado em placas de ruas seus nomes, denotando poder e prestígio

O Coronel Guilherme Rocha, então prefeito, em 1890, bem que tentou por um fim nestas disputas substituindo os nomes dos logradouros por números, semelhante à cidade de Nova York. Assim a Rua Formosa (atual Rua Barão do Rio Branco) era a Rua número 1 e para a nascente todas as ruas seriam ímpares e, para o poente, par; da Avenida Duque de Caxias para o norte as ruas seriam ímpares e, para o sul, pares. Mas, isto causou transtorno para os habitantes, voltando-se ao esquema inicial, sobretudo ligada a idéia dos interesses políticos dominantes a cada momento. Algumas mudanças ocorreram, como a que alterou o

nome de Travessa da Municipalidade para Rua Guilherme Rocha; Rua do Quartel passou a ser General Bizerril; Rua da Misericórdia, fazendo referência a Santa Casa, hoje se chama Dr. João Moreira; Rua São Bernardo, atual Pedro Pereira; Rua do Cajueiro, hoje Pedro Borges; Travessa das Assembléia, hoje Rua São Paulo; Travessa do Gasômetro, chamada Senador Jaguaribe; Travessa Chafariz, hoje José Avelino; Rua das Flores, atual Rua Castro e Silva e até o cemitério São Casemiro foi mais tarde chamado de São João Batista. Há destaque também para as nomenclaturas com referências comerciais, como a Estrada do Gado, hoje Rua Justiniano de Serpa; Estrada do Arronches, que ligava a locais mais distantes, hoje se chama Avenida João Pessoa e o Calçamento de Messejana, hoje Avenida Visconde do Rio Branco.

Silva Filho (2004) destaca as mudanças das nomenclaturas das praças que fincaram verdadeiras disputas entre as personalidades ilustres da capital e o emprego de nomes populares em detrimento das denominações oficiais. Exemplo disso é a Praça da Estação, oficialmente conhecida como Praça Castro Carreira; Praça da Bandeira, oficial Clóvis Beviláqua; Praça da Polícia, oficial Praça dos Voluntários e a Praça dos Correios, oficial Praça Waldemar Falcão. Destaque para a Praça dos Leões, que se chama oficialmente Praça General Tibúrcio, em homenagem ao herói da Guerra do Paraguai. Ou seja, além de orientar a malha urbana da cidade, o ato de nomear os locais vincula-se às estratégias políticas no exercício do poder simbólico.

O final da I Guerra Mundial (1918) é considerado o marco que decreta também o fim da *Belle Époque* na França, cidades devastadas não tinham mais condições de abrigar os floridos jardins e em Fortaleza as depredações e doenças causaram medo na elite fazendo com que esta se transfira para regiões afastadas do centro da capital.

A seca de 1915 fez criar na periferia um campo de concentração de doentes, greves foram deflagradas e aumentaram-se os índices de violência urbana. A população aumenta, o fluxo de veículos, bondes elétricos e caminhões se intensificam, fazendo com que a elite se transfira da área central para os locais mais distantes como o atual bairro da Jacareanga, em seguida Praia de Iracema (anos 30 e 40) e Aldeota (anos 40/50 em diante). O bairro Jacarecanga e a Praia de Iracema foram os primeiros bairros considerados elitizados, depois do Centro, formando uma clara distinção entre ricos e pobres.

Quanto à cultura e o lazer em Fortaleza é interessante destacar que as opções podiam variar de acordo com a posição social do indivíduo na sociedade. Ricos e pobres não podiam disputar o mesmo lugar:

“A presença de pobres nas praias e festas públicas, espaços freqüentados pelas pessoas de “boa família”, era, por exemplo, associada à irresponsabilidade e à falta de decência.” (JUCÁ, 2004, p. 192).

Em 1927 são criadas as avenidas, fazendo surgir à apreciação da região leste, bem como também o descobrimento de outra fonte de lazer: o banho de mar. O banho de mar, antigamente, era usado somente pelas camadas mais populares (pescadores que viviam em torno das praias) e recomendado pelos médicos em casos de doença. Após a liberação comportamental e vestuária ocorrida nos anos 20, as praias tornaram-se espaço residencial elegante e seguro.

Por volta de 1928, é construída uma grande mansão de veraneio feitos de alicerces de maçaranduba e revestida de cal e barro, tendo dois pavimentos. A escada de ferro em caracol foi trazida da Inglaterra. O estabelecimento foi chamado de Vila Morena em homenagem a esposa do dono, Guimarães Porto, que a apelidava carinhosamente de “Moreninha” e hoje é conhecido como Estoril. Durante a II Guerra Mundial os proprietários, a Família Porto, arrendou o espaço para os americanos, que nele instalaram um cassino. Logo depois funcionou como bar atraindo a boêmia cearense e mais tarde, funcionou como centro cultural sediando eventos, seminários e shows. A última restauração ocorreu em 1995.

Clubes também gozavam de imponência. A Fênix Caixerai, desde o final do século XIX, era reservada aos que trabalhavam no comércio, os caixeiros, a autoridades federais e estaduais, representantes da imprensa e figuras de destaque na sociedade. Ponte (2001) destaca:

Construído para fins culturais e diversionais de seus sócios, o suntuoso clube tinha porão, um andar com salão nobre para festas, salas de aulas e biblioteca. Nos fundos fez-se um pátio destinado à prática de ginástica, item importante no discurso médico preocupado com o bom desenvolvimento das forças e potencialidades corporais. (PONTE, 2001, p. 40)

Clube Iracema, Clube dos Diários, entre outros, sempre eram freqüentados pelas figuras de destaque em Fortaleza. A seleção dos freqüentadores era muito rígida, só poderiam participar aqueles que estivessem bem vestidos e fossem muito educados.

Moreira Campos (1996) relembra os cinemas; Polytheama, Majestic e Moderno, suas grandes paixões. Ele diz que o cinema provocou uma revolução na cidade, mudando os hábitos noturnos e a rotina diária da mulher:

(...) Fortaleza, no passado, às dez horas estava dormindo. Houve então a saída para o cinema. Eu não tenho qualquer condenação para isso, é a evolução natural das coisas, mas mulher saiu do recesso do lar para o cinema, é justíssimo. Era um chamamento pra todos nós, homens e mulheres. (CAMPOS, 1996. p. 34)

O Cine-Teatro Polytheama foi pré-inaugurado em 1911, localizado na Praça do Ferreira, também sendo incorporado pelo Grupo Severiano Ribeiro. O Cine Polytheama foi um cinema silencioso que resistiu ao advento do som, produzindo seus filmes mudos, até 1938, sendo fechado e demolido para ceder lugar à construção do Edifício São Luís. O Cine-teatro Majestic foi construído em 1917, sendo considerado o mais luxuoso salão da época, construído por Plácido de Carvalho. E o Cine Moderno, também localizado na Praça do Ferreira, em 1921, inaugurado pelo Grupo Severiano Ribeiro, obteve a preferência do público freqüentador por ter o privilégio de lançar o cinema sonoro, foi fechado em 1968 quando foi vendido ao Grupo Edson Queiroz.

O grande Grupo Severiano Ribeiro monopolizava praticamente os cinemas cearenses. Incorporou a empresa Jango e assim foi eliminando pouco a pouco a concorrência. Até mesmo o cine Diogo, tido como o mais luxuoso da cidade, foi absorvido pelo grupo. Dentro das salas de exibição a Polícia fiscalizava a rigor a platéia. Houve, inclusive, uma caminhada de vigilância nos cinemas para conter a 'molecagem' (piadas, gritos, assobios) e pessoas chegaram a ser presas.

O depoimento de freqüentadores assíduos dos cinemas nos revela os problemas por eles enfrentados, alguns por sinal bastante curiosos, que ultrapassavam a costumeira reclamação contra o calor ou condições inadequadas. Em 1951, um dos impasses enfrentados prendia-se ao final das projeções. A pressa de uma platéia inquieta em retirar-se dos cinemas, nos finais das exibições, irritava um freqüentador do cine Diogo: Os mais apressados levantavam-se, levando outros espectadores a fazerem o mesmo. Por isso muitos fãs de Ingrid Bergman não

puderam ver os monumentos finais do filme Sob o Signo de Capricórnio... o mar de cabeças impedia a visão do écran... (JUCÁ, 2004, p. 200).

Devido a esta grande espirituosidade de alguns cearenses, a estes tipos populares jocosos, a Revista Jandaia intitulou o Estado como Ceará Moleque:

“Qualquer pessoa, coisa ou episódio que sugerisse exagero ou quebrasse a normalidade do cenário urbano poderia arrancar gargalhadas ou ser motivo para vaias.” (PONTE, 2001, p. 176)

Estes “tipos populares” eram formados por pessoas mais humildes, pobres e enlouquecidos. Localizavam-se na Praça do Ferreira e lá faziam suas ironias. Sebastião acredita que esta espiritualidade se dava pela imposição dos novos valores da ordem sócio-urbana podendo ser uma maneira de aliviar tensões contra a pressão exercida pela rigidez do trabalho, da higienização, do controle geral na vida das pessoas. Havia o Pilombeta que detestava trabalhar, se encontrava emprego no mesmo dia pedia licença remunerada; o Tostão que criticava, através declamações, instituições e pessoas ilustras da capital, o Tertuliano, um beato que proferia sermões contra o clero e o famoso Bode Yoyô, vendido por um retirante da seca de 15 a uma firma estrangeira. O bode costumava passear sozinho pelas ruas de Fortaleza, era bastante brincalhão e sociável e sua morte causou grande comoção entre todos os fortalezenses.

Além destes “tipos populares”, a cidade teve movimentos literários importantes como Academia Francesa do Ceará, criada em 1872, estava encarregada de promover o ideário cientificista e evolucionista entre os grupos letrados fortalezenses. Já com o objetivo de criticar e ironizar surgiu em 1892-1898, a Padaria Espiritual fundada por Antonio Sales. A agremiação unia o bom-humor e críticas pelos novos valores trazidos pela *Belle Époque*. A Padaria Espiritual foi um movimento literário moderno e original, pois, seus membros apostavam numa produção literária nacional e única. Não pretendiam imitar os costumes e os modos europeus, mas sim criar um estilo próprio. Seus membros não sofreram grandes perseguições, pois, pertenciam a camadas sociais médias e tinham reconhecimento literário nacional. A Academia Cearense de Letras foi fundada em 1894, sendo considerada a mais antiga entre as Academias Brasileiras de Letras no Brasil, onde a própria Academia

Brasileira de Letras veio a surgir três anos depois. Teve como os primeiros Presidentes Tomás Pompeu de Sousa e Justiniano de Serpa.

Moreira Campos (1996), participou do Grupo CLÃ, criado em 1942, o qual segundo ele, foi um grupo que consolidou o movimento modernista no Ceará. A denominação se deu por se tratar de um grupo de intelectuais das letras e das artes e que buscavam o ideário modernista. As influências eram: Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e outros modernistas. Ainda para Moreira Campos (1996) diz que o primeiro movimento literário do Ceará foi em 1813, chamado Outeiros (antigo nome da atual Aldeota). Outeiros significa morro, e a Aldeota, naquele tempo, era a parte mais elevada de Fortaleza. Moreira Campos (1996) ressalva que esta palavra também significa “tertúlias literárias”. Era, portanto, local onde os intelectuais se encontravam para produzirem textos literários.

Podemos concluir, a partir das considerações enunciadas neste capítulo, que os elementos ‘portadores do progresso’ introduzidos na cidade e as atitudes praticadas pelos dirigentes locais serviam a estratégias de controle e dominação social. Os parques não podiam receber qualquer pessoa, os cinemas e clubes eram diversões de poucos, asilos e casas de internamentos foram usados como forma de eliminar os possíveis ‘entraves’ ao embelezamento, até em bancos de praças havia seus usuários certos. Sem a intenção de mapear todos os objetos da época podemos apenas com alguns dos elementos que foram citados, conhecer um pouco daquele momento, nos levando a crer que a *Bella Époque* foi mesmo privilégio de poucos. Conhecer uma cidade em suas dimensões não é tarefa fácil, mas resgatar um pouco da sua história é compreender processos de transformação a qual passou, isto confere identidade a cada cidadão fortalezense que pode buscar suas raízes através de um passado reconstruído. No próximo capítulo examinaremos as questões acerca da identidade, as mudanças e o sentido de identidade nacional.

3. IDENTIDADE NACIONAL COMO UMA FANTASIA

Hall (1997) baseia seu pensamento, não ainda encontrando consenso frente à comunidade sociológica, de que as sociedades modernas estão sendo “deslocadas”, “descentradas”, ou seja, estão sendo fragmentadas devido às sucessivas mudanças estruturais no mundo. Hall discute a crise de identidade:

(...) Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça, e nacionalidade, que no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento-descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo. (HALL, 1997, p. 9)

O autor fala que na sociedade contemporânea, os indivíduos não são mais vistos como sujeitos unificados, onde as posições sociais eram estatizadas e divididas no passado, o sujeito não está integrado em um único espaço e nem em si, ele assume múltiplos papéis em sua vida cotidiana, como o de trabalhador, o pai de família, o jogador, o filho rebelde, enfim, pode exercer muitas identidades, alterando-se constantemente. As mudanças ocasionadas na sociedade são partes de um fenômeno global que se desencadeou e se ramificou provocando revoluções e novas formas de pensamento. Surgiram vários movimentos sociais como a luta feminina, movimentos ecológicos, a luta dos negros, enfim, movimentos diversos caracterizando uma sociedade bastante complexa, composta de sujeitos diferentes entre si, mas que buscavam o reconhecimento perante o mundo, pela igualdade dos seus direitos. Mas se temos uma infinidade de identidades, como podemos falar em Identidade Nacional? Por que nós carregamos, durante toda a nossa existência, histórias sobre imperadores, reis, mártires, revolucionários associando sempre como pertencentes a nossa história? Vejamos o que o autor nos diz no decorrer das reflexões.

Três tipos de identidades são apresentados mostrando as mudanças pelas quais o indivíduo passou. O Sujeito do Iluminismo estava inspirado nas influências do racionalismo, onde todas as coisas do Universo teriam explicações pautadas na

comprovação racional dos fatos, em contraposição aos mistérios da fé que, para este sujeito, não permitiam a evolução do homem. Daí o homem ter-se tornado o centro de todas as coisas e lutado para resolver as questões que eram, até então, explicadas pela fé. Influenciado também pelo experimentalismo, nada poderia ter ambigüidade, nem mesmo o próprio homem, que na época era visto como um ser unicamente formado. Já o Sujeito Sociológico ou interativo rompe com o sujeito unificado, mostrando que o homem é formado, através da interação, pela cultura. Ele, a partir do contato com outras pessoas, vai ser influenciado, modificando-se. Ele nasce com uma identidade que pode ser modificada a partir das interações com os diferentes grupos culturais. E, finalmente, o Sujeito Pós-moderno que é aquele caracterizado pela identidade fluída onde, situados no tempo e no espaço, assumem diferentes posturas nas diversas representações culturais, como nas instituições, nos locais de trabalho, na comunicação com outras pessoas. Os indivíduos são atores sociais que se mostram de um jeito de acordo com o ambiente envolvido no momento:

(...) A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representantes ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. (HALL, 1997, p.13)

Hoje as fronteiras dos países se integraram, acordos comerciais se estabeleceram, as informações se multiplicaram, fazendo surgir assim várias mudanças no mundo. A diferença entre as sociedades antigas das atuais é que as aquelas viam, unicamente, na tradição a forma de perpetuar o passado como sendo um campo comum à comunidade. A tradição leva os indivíduos a crerem que ao nascerem, crescerem e se desenvolverem absorvem hábitos e costumes internalizando-os e assim passam a considerar que estes valores são biologicamente formados. Mas, a questão é que a tradição é um produto da ação humana, é um processo contínuo, que se transforma e se renova ao longo dos tempos. A tradição é, portanto, uma representação cultural não unificada e constituída por diferentes grupos culturais. Moreira Campos (1996) no capítulo referente à Destruição do Patrimônio Cultural, afirma que o nosso Estado não detém tradição, ele esta baseado nas sociedades

tradicionais que utilizavam símbolos como modelos constituintes de suas vidas, perpassando-os de geração a geração.

David Harvey fala da modernidade como implicando não apenas “um rompimento impiedoso com toda e qualquer condição precedente”, mas como “caracterizada por um processo sem-fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior” (1989, p.12). Ernest Laclau (1990) usa o conceito de “deslocamento”. Uma estrutura deslocada é aquela cujo centro é deslocado, não sendo substituído por outro, mas por “uma pluralidade de centros de poder”. As sociedades modernas, argumenta Laclau, não têm nenhum centro, nenhum princípio articulador ou organizador único e não se desenvolvem de acordo com o desdobramento de uma única “causa” ou “lei”. A sociedade não é, como os sociólogos pensaram muitas vezes, um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade, produzindo-se através de mudanças evolucionárias a partir de si mesma, como o desenvolvimento de uma flor a partir de seu bulbo. Ela está constantemente sendo “descentrada” ou deslocada por forças fora de si mesma. (HALL, 1997, p. 17-18)

As sociedades da modernidade tardia, argumenta ele, são caracterizadas pela “diferença”; elas são atravessadas por diferentes divisões que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” – isto é, identidades – para os indivíduos. Se tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados. Mas essa articulação é sempre parcial: a estrutura da identidade permanece aberta. Sem isso, argumenta Laclau, não haveria nenhuma história. (HALL, 1997, p. 18)

A sociedade contemporânea sofreu bruscas mudanças de ordem global tendo como consequência este “deslocamento” na identidade. Os sujeitos não possuem uma única forma de se comportar, esta forma pode variar de acordo com as condições expostas a ele, como influência entre outros indivíduos ou a fatores externos. Nenhuma sociedade se mantém homogênea em termos de formação identitária, ela é constituída por diferentes grupos culturais que atuam de acordo com os seus códigos de comunicação, de entendimento, de satisfação, todas ancoradas no seu contexto histórico, que podem conviver harmonicamente entre si ou não. Esta relação vai depender do conhecimento e respeito a demais culturas que, infelizmente, muitas vezes não se realiza, já que o diferente é visto e tratado como inferior e primitivo. As comunidades indígenas, por exemplo, sofreram e ainda sofrem com denominações inadequadas como “ingênuos” e “povos cheios de credices”.

A crença de que o homem contemporâneo possui uma identidade plural está fundamentada em pelo menos dois teóricos da teoria social: Marx e Foucault. A

reinterpretação da frase de Marx “homens (sic) fazem a história, mas apenas sob as condições que lhes são dadas”, fez com que os novos intérpretes abolissem a idéia do individualismo e confirmasse o pensamento de que os indivíduos necessitam de seus semelhantes para se desenvolverem. A cultura é o meio que ligará os antepassados aos contemporâneos e os novos valores produzidos por este encontro produzirá outras identificações. Quanto ao estudioso Foucault ele nos diz que o “poder disciplinar” é capaz de produzir um corpo dócil, onde as instituições de regulação e vigilância (oficinas, quartéis, escolas, clínicas, prisões, hospitais) disseminam o controle sobre os impulsos dos seres humanos, ou seja, seu trabalho, sua saúde, seu prazer, sua vida é vigiada constantemente ocasionando um processo de aprendizado, onde o meio irá exercer influência no comportamento de cada indivíduo formando outras identificações. Relembro a insistência da elite fortalezense em mudar comportamentos para adequação ao novo modelo civilizador. As criações das vilas operárias como instrumento que incitasse os indivíduos ao gosto do lar, permanecendo em suas casas nos horários tidos como certos, a criação dos asilos e casas de internamento para punir e vigiar quem ousasse oferecer obstáculos à modernização, ou seja, técnicas de controle que visavam mudar os hábitos formando outros tipos de identidade.

Hall (1997) reflete que na idade contemporânea o ser humano necessita do agrupamento, há necessidade de se associar de acordo com os moldes culturais estabelecidos em cada região, já que as culturas nacionais são umas das principais fontes de identidade:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (veja Penquin Dictionary of Sociology: verbete “discourse”). As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a “nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. (HALL, 1997, p. 55)

Nós sentimos esta necessidade de pertencer a um grupo, porque a cultura nos faz habituar com os valores das instituições culturais (família, trabalho, lar), dos símbolos (os códigos de comunicação, por exemplo), das representações (a figura de pai e mãe), isto leva a uma identificação, nascendo o sentimento de pertencimento. A formação de uma cultura

nacional tende a suprimir as diferenças regionais e étnicas, fazendo crer em uma cultura homogênea, tendo padrões de alfabetização universal, instituição de uma única língua vernácula e outras contribuições mais. Vemos esta supressão das diferenças culturais, pois desde os antigos tempos houve luta de classes onde a conquista era baseada na força, violência, intolerância e imposição de valores. A disputa de poder entre dominados e dominantes resultou na crença de possuir uma única cultura. Daí a História sofrer duras críticas diante da sua impotência de congregar todos os diversos grupos culturais existentes e outorgando como verídica exclusiva e única à versão por ela contada.

Mas se a cultura nacional tende a unificar as diferenças, como então, ela é formada? Hall responde a esta pergunta observando que é através das memórias do passado (representações nacionais, eventos históricos, perdas, triunfos e rituais nacionais), onde o indivíduo internaliza estes valores, passando a se identificar, transmitindo-os por meio da tradição. Desta forma a identidade nacional é imposta e é materializada através da sacralização em objetos, monumentos que são nomeados, pela história, como ícones formadores de nossa identidade.

As culturas nacionais são agrupamentos formados por diferentes grupos culturais, que deverão gozar de igual valorização a fim de se evitar esta noção de unificação. O poder cultural, das propagandas, história, uso da mídia, praticam e disseminam a idéia de homogeneidade cultural, para subjugar outros povos e com isso explorá-los.

Mas o que de fato provocou o deslocamento das identidades culturais nacionais? Hall acredita que os processos e mudanças que ocasionam esta fragmentação da identidade se devam a globalização:

(...) Como argumenta Anthony McGrew (1992), a "globalização" se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço - tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado. A globalização implica um movimento de distanciamento da idéia sociológica clássica da "sociedade" como um sistema bem delimitado e sua substituição por uma perspectiva que se concentra na "forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço" (GIDDENS *apud* HALL, 1997, p. 71-72)

A globalização despreza as distâncias espaciais e provoca o intercâmbio cultural entre vários grupos, nascendo novas identificações. Este intercâmbio é feito em todo o

4. FORMAÇÃO DE UMA MEMÓRIA HISTÓRICA

Observando a relação entre Cidade e História, percebe-se que a cidade materializa sua história, bem como o seu passado, nos monumentos, nas praças, nos símbolos artísticos⁴, nos livros, nos traçados das ruas entre outros. É importante ressaltar que para uma cidade ser considerada histórica, é preciso, sucessivos atos de transformação no espaço urbano empreendido pelo homem, de acordo com Oriá (2004, p. 237). Uma cidade histórica não necessariamente precisa dispor de grandes construções arquitetônicas, pois o passado de uma cidade é constituído de bens, cultural, material e imaterial⁵. A memória do passado histórico está ligada à construção da identidade⁶ e da cidadania, porque é através dela que o homem compreende o seu espaço urbano modificado ao longo dos tempos, é possível esclarecer as ligações entre as sucessivas gerações, experiências sociais e lutas cotidianas. Os objetos formadores desta memória histórica são fontes de informação, porque são veículos que agregam dados de uma época determinada:

A cidade não se permite apreender de forma integral e universalizante, torná-se cognoscível em suas múltiplas facetas-rítmicas, aspirações, logradouros, monumentos, conflitos, sonhos, edificações, representações culturais, movimentos, identidades, utopias, territórios, memórias, imagens... e por que não, objetos. Eles assinalam a possibilidade de empregar a cultura material na constituição de uma história urbana. Ganham singular pertinência porquanto se revertem em indícios de densidade temporal, associam-se a valores sociais, normas e práticas coletivas, expectativas e desejos, projeções de futuro, estratégias de dominação, tensões e luta de classe, violências simbólicas, enfim construções de significado historicamente engendradas que reportam à cidade como um lugar notório da informação social. (SILVA FILHO, 2004, p. 15-16)

É através da memória histórica que entendemos a origem do processo de caracterização e desenvolvimento de nossa cidade. Preservar e conhecer o passado de uma

⁴ Símbolos artísticos: são elementos criados pelo homem com função utilitária ou decorativa, como: monumentos, esculturas, boulevards, jardins, etc.

⁵ Bem cultural, material e imaterial: O bem cultural é aquele dotado de significação que está inserido pela convenção cultural. Bem material é um bem que se materializa podendo ter ou não valor cultural e Bem imaterial é da ordem do fantástico, do mítico, são manifestações não materializadas.

⁶ Identidade: formação das raízes históricas de cada indivíduo, permitindo que cada homem se reconheça de forma semelhante a alguns membros do mesmo grupo e também de forma diferente perante grupos sociais diferentes.

cidade faz parte do exercício de cidadania e afirmação da identidade cultural ⁷, possibilitando uma melhoria na qualidade de vida da comunidade. O sentido da expressão identidade cultural tomada aqui é o sentido de uma cultura nacional celebrada por tradições que nomeiam fatos ou eventos que irão ser representantes da nação, fazendo com que estes valores perpassem a idéia de pertencimento. Podemos dizer, então, que o homem sentirá a necessidade de se relacionar, de se identificar com aquilo que lhe é comum levando a crer na existência de uma identidade nacional. Como Hall (1997) afirma, a cultura nacional é um discurso simbólico que dispõe de poder para aflorar em nós o sentimento de identidade e pertencimento.

Antigamente, a História e a Memória eram vistas como se fossem a mesma coisa. A visão tradicional conceituava que o historiador seria o guardião da memória dos acontecimentos públicos, para mais tarde os autores gozarem de prestígios, de reconhecimento. Trabalhando com a seleção de fatos, interpretando e distorcendo, o historiador agia conscientemente ou não, e isto fez tanto da História quanto da Memória um ato subjetivo que sofre influência de outros grupos sociais.

Para Chauí (2000, p. 140) memória “é uma atualização do passado ou a presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça como lembrança”. Memória é a presença dos fatos seletivos do passado inseridos num contexto social. Deste modo toda memória é coletiva, embora sendo o indivíduo que o lembre, suas reminiscências estarão ligadas a um conjunto maior. Halbwachs (1990) acredita que os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos importantes para o grupo que estão fazendo parte. A memória do indivíduo vai depender do seu relacionamento com os grupos sociais que o rodeiam.

A memória mantém intensa ligação com a afetividade. Halbwachs (1990) cita um exemplo de uma viagem com um grupo de companheiros. Durante o percurso os companheiros se interessam pelos detalhes do caminho, mas no interior de um dos indivíduos as reflexões escapam desta situação. Sentimentos e idéias, formadas, inicialmente, por outros grupos sociais as quais houve identificação por parte do indivíduo

⁷ Identidade cultural: é o sentimento de características comum pertencente a um determinado grupo cultural. Objetos, idéias, lendas, canções, comidas, documentos, ferramentas construídas pelo o homem para a sua sobrevivência. É aquilo que se pode identificar ou diferenciar de um homem, mulher, grupo social, grupo político, grupo religioso, grupo étnico.

em outra circunstância, são suscitadas individualmente. Mais tarde quando os companheiros se reencontram e um deles faz menção a algum fato da viagem, o indivíduo que estava detido, em alguns momentos no seu interior de nada lembrará, a não ser das suas próprias reflexões, reflexões que se diferenciaram dos demais grupos. Halbwachs explica dizendo que não basta vivenciar uma situação, ou seja, a presentificação não é a condição primeira para lembrar-se, para relembra-la é necessário concordar com o que se passa naquele momento. Retemos em nossa memória aquilo que nos marca, que nos identifica:

(...) Por que, se essa primeira lembrança foi suprimida, se não nos é mais possível encontrá-la, é porque, desde muito tempo, não fazíamos mais parte do grupo em cuja memória ela se conservava. Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizerem e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (HALBWACHS, 1990, p.34)

Não devemos ignorar a existência também de uma memória individual. Seguindo a idéia de Halbwachs (1990), toda memória individual é formada pela memória coletiva. Nossos pensamentos, idéias e sentimentos são frutos originados de outros grupos. Halbwachs (1990) diz que quando entramos em uma sala, tendo somente o indivíduo no recinto, nossos pensamentos sobre a decoração da sala, os vasos de plantas, a cor da parede são invocados com influência de outras pessoas ou de outras situações. Os elementos formadores daquele ambiente remetem a outros contextos, a pensamentos originados em outros grupos em uma outra circunstância.

Para o autor a História começa quando acaba a Memória e esta termina quando desaparece um grupo. A partir do momento que o grupo desaparecer, surge a necessidade de registrar as lembranças e é a História que desempenha este papel de fixar algo. Deste modo, grupos são desconhecidos, pois a História não terá capacidade de registrar todo tipo de grupo, cabendo somente a Memória esta tarefa de concentrar todos eles. Então a Memória cria infinitas possibilidades de lembranças relacionadas sempre a inesgotáveis

possibilidades de surgimento dos grupos. História não é Memória porque existe descontinuidade entre grupos, ela divide o tempo em fatos pontuais:

(...) não vacila em introduzir na corrente dos fatos divisões simples e cujo lugar está fixado de uma vez por todas. Ela obedece, assim fazendo, somente a uma necessidade didática de esquematização. Parece que ela considera cada período como um todo, independente em grande parte daquele que o precede e daquele que o segue, porque ela tem uma tarefa, boa, má ou indiferente, a cumprir. Enquanto essa obra não estiver acabada, enquanto tais situações nacionais, políticas, religiosas não tenham desenvolvido todas as conseqüências que comportavam não levando em conta as diferenças de idade, tanto jovens como os velhos se limitariam ao mesmo horizonte. Uma vez concluída, e que novas tarefas se ofereçam ou se imponham, a partir deste momento as gerações que vêm se encontram numa outra vertente diferente das precedentes. (HABLOWACHS, 1990, p. 82-83)

Há o distanciamento por parte da História em relação aos grupos e a separação em fatos pontuais. A História não conta com a participação de todos os grupos. Estas divisões não são presenciadas da forma como a História apresenta, uma época tem sua iniciação e finalização de modo natural, idéias surgem, fatos ocorrem de forma gradual e não de uma hora para outra.

Nora em 1980 analisou a Memória sob o viés da expressão “aceleração da história”. A aceleração da história citada aqui é devido à rapidez dos acontecimentos, os desdobramentos, a facilidade e a rapidez dos meios de comunicação produzirem uma gama de informações, enfim, mudanças constantes caracterizadas pela globalização, correm os riscos de caírem no esquecimento, daí fazer-se o uso dos registros, da história. O homem perde a noção do que deve ser selecionado para a posteridade, formando a sociedades do esquecimento.

Apesar desta constatação existe ainda em locais isolados da África e da América do Sul, por exemplo, sociedades da memória, que devido ao volume de informação não ser tão expressivo, são capazes de reter lembranças e transmiti-las às novas gerações cabendo aos mais velhos a função de guardiões da memória devido sua grande experiência e convivência. Nesta sociedade, onde se preserva tradicionalmente o seu passado e presente, os idosos assumem um papel fundamental na propagação desta política. Hoje, na contemporaneidade, a sociedade ocidental organiza suas histórias em suportes variados que vão de técnicas simples a tecnologias sofisticadas.

Bosi (1994), seguindo o raciocínio de Halbwachs, atenta para o fato da função social desempenhada pela memória dos idosos, que é o da lembrança. O idoso carrega esta função e irá ancorar a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade. Cabe ressaltar que o autor tem em mente que toda sociedade é diferente e atribui funções diferenciadas para a sua população, já que nem toda sociedade dar aos idosos esta função:

Nas tribos primitivas, os velhos são os guardiões das tradições, não só porque eles a receberam mais cedo que os outros mas também porque só eles dispõem do lazer necessário para fixar seus pormenores ao longo de conversações com os outros velhos, e para ensiná-los aos jovens a partir da iniciação. Em nossas sociedades também estimamos um velho porque, tendo vivido muito tempo, ele tem muita experiência e esta carregado de lembranças. Como, então, os homens idosos não se interessariam apaixonadamente por esse passado, tesouro comum de que se constituíram depositários, e não se esforçariam por preencher, em plena consciência, a função que lhes confere o único prestígio que possam pretender daí em diante?. (HALBWACHES *apud* BOSI, 1994, p. 63)

Halbwachs explica que os idosos dispõem desta função de relembrar, porque como não fazem mais parte da população ativa da sociedade, dispõem de mais tempo dedicando-se a lembranças, já os adultos envolvidos pelas práticas cotidianas não detém muito do seu tempo para a memória e quando fazem isto é em um momento de descanso e lazer.

Então se Memória não se confunde com História, o que vem a ser Memória Histórica? Fazendo referência, novamente, a Halbwachs (1990) ele nos diz:

(...) a memória coletiva não se confunde com a história, e que a expressão "memória histórica" não foi escolhida com muita felicidade, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto. A história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens. Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva. É porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la, pura e simplesmente. Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda me torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança. Quando a memória de uma seqüência de acontecimentos não tem mais como suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as conseqüências, que lhes assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-

las por inscrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. Se a condição necessária, para que haja memória, é que o sujeito que se lembra, indivíduo ou grupo, tenha o sentimento de que busca suas lembranças num movimento contínuo, como a história seria uma memória, uma vez que há uma solução de continuidade entre a sociedade que lê esta história, e os grupos testemunhas ou atores, outrora, dos fatos que ali são narrados?. (HALBWACHS, 1990, p. 80-81)

Memória Histórica é uma expressão equivocadamente empregada. Convencionou-se chamar de “memória histórica” a história nomeada por alguns grupos, glorificando um passado de grandes heróis, de acontecimentos marcantes, é a história dos fatos e objetos que ganharam representatividade ao longo de nossas vidas. São os fatos da História que nós não presenciamos, mas que ouvimos falar ou lemos a respeito. Ela é uma memória emprestada porque não a vivenciamos, o que sabemos são atribuições do que coletamos a partir de outras pessoas, em outras fontes de informação. A divisão, entre História e Memória, se acentuou mais, precisamente, durante as três últimas décadas do século XX. A História sendo factual seleciona fatos que devem ser analisados e avaliados e espolia acontecimentos pertencentes a outros grupos, cria uma identidade universal ignorando o processo de identidade “deslocada”, identidades fragmentadas. E a Memória já é o inverso, é o todo, são as identidades fluídas, é um processo vivo e permanente, é a continuação do ontem, hoje e amanhã.

4.1. Elementos constituintes da memória histórica

A França, pioneira na idéia de patrimônio, atrelou a política de preservação como elemento formador da cidadania. O país ativou este sentimento de valorização patrimonial devido a Revolução Francesa⁸ que criou condições, no século XIX, para a proteção de monumentos históricos⁹. Após o confisco por parte do Estado dos bens da Igreja, da Coroa e da Aristocracia, a conservação tornou-se um obstáculo necessitando ajuda de toda a nação francesa e para tanto foi criado a idéia de patrimônio coletivo, de interesse de todos. No

⁸ Revolução Francesa: Ocorreu em 1789 e marca a Idade Contemporânea. Teve influência do Iluminismo e aboliu com a servidão e com os direitos feudais na França.

⁹ Monumentos históricos: o monumento histórico surgiu durante o Renascimento, marcado pelos ideais Humanistas. Durante este período foram construídas obras de valorização do homem e da natureza em detrimento ao divino e ao sobrenatural. Passaram a cultivar obras da Antiguidade Clássica (greco-romana) dotado de um rico passado em informações históricas.

decorrer dos tempos, a Revolução Industrial surge provocando mudanças nos cenários espaciais das grandes cidades, como Paris e Londres, contribuindo para a formação de uma visão nostálgica do passado. Com o fim da I Guerra Mundial, os países europeus arrasados fisicamente pelo confronto e preocupados em restaurar seu patrimônio, organizam em 1931, uma conferência que resulta na Carta de Atenas. Este foi o primeiro documento internacional relativo a políticas de preservação do patrimônio. Em 1972, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco) criou a Convenção do Patrimônio Mundial, para incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados importantes para a humanidade. Os países que fazem parte podem indicar os bens culturais e naturais que serão inscritos na Lista de Patrimônio Mundial. As informações são avaliadas por comissões técnicas e a aprovação final é feita anualmente pelo Comitê do Patrimônio Mundial, integrado por representantes de 21 países. No Brasil esta preocupação em proteger o patrimônio vingou em 1922 com a Semana de Arte Moderna, onde os intelectuais cansados de serem moldados pelos padrões europeus provocaram uma ruptura aos costumes estrangeiros e valorizaram o que seria a cultura brasileira.

Em 1937, no Brasil, é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, hoje IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), época da modernização do país, em pleno Estado Novo¹⁰. É o órgão que preserva, conserva e protege o patrimônio federal. Modernistas como Mário de Andrade, Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, foram alguns que colaboraram em projetos de salvaguarda dos bens patrimoniais. Mais adiante falarei da política normativa a qual o órgão é baseado.

O IPHAN passou por duas fases. A primeira fase é conhecida como a fase “heróica”, de 1937 a 1968, marcada pelo diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, onde privilegiou-se as grandes construções, o acervo arquitetônico edificado, a chamada “pedra e cal”¹¹, dando ênfase ao estilo barroco. Já a segunda fase, conhecida como “moderna”, é caracterizada pela antropologização do Patrimônio Histórico, ou seja, é incorporado agora também o conceito de bem cultural. Esta mudança se deveu aos trabalhos realizados pelo atuante Aloísio Magalhães, o responsável frente ao Centro Nacional de Referência Cultural

¹⁰Estado Novo: expressão usada para se referir ao governo de Getúlio Vargas de 1937 a 1945, onde o país viveu sob uma ditadura resultante em extinção de partidos políticos, fechamento do Congresso Nacional, outorga de uma nova Constituição e controle pleno do poder executivo.

¹¹ Pedra e cal: era o estilo arquitetônico utilizado durante os séculos XVII e XVIII, com fachadas simétricas e uso de técnicas de alvenaria de pedra e cal. Geralmente, eram construções muito sólidas e imponentes.

(CNRC), de 1975, que, depois, passa a ser incorporada à política patrimonial com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, em 1979. O órgão elegeu, na sua primeira fase, como expressão maior do passado brasileiro, o barroco dos séculos XVII e XVIII mineiro, por que se acreditava que ali era o lugar da gênese brasileira. Esta imposição foi posta pelos modernistas que taxaram o estilo barroco como sendo o colonial, o marco da arquitetura nacional. Devido à influência deste ideário modernista, a preservação se deu sobre os bens culturais materiais ligados aos setores dominantes da sociedade.

Cidades como Ouro Preto, Olinda e Salvador tiveram seu acervo arquitetônico preservados, enquanto Fortaleza por dispor de um acervo arquitetônico eclético¹², possuindo alguns prédios em estilo neoclássico e *arte-nouveau* foi excluída do processo de constituição do IPHAN. Este ecletismo arquitetônico da cidade, que foi ignorado e até mesmo derrubado, se deve à fusão de velhos estilos com as inovações tecnológicas trazidas com a Revolução Industrial, tais como o ferro e o aço, por exemplo. Fortaleza não possuía acervo no Estilo Barroco, devido o seu tardio desenvolvimento econômico, que só veio a despontar somente no século XIX com o algodão. Fortaleza se torna nesta época o centro coletor e exportador de algodão, sendo assim construídos novos equipamentos em estilo eclético da *Belle Époque*.

As construções dos bens patrimoniais (construções ligadas ao heroísmo das figuras notáveis, atos públicos feitos por pessoas ilustres), bem como o sentido que foi dado de preservação (preservação dos fatos oficiais), estavam a serviço de uma falsa identidade nacional, onde se excluía as diferenças e as minorias subalternas. A identidade nacional mantida anteriormente, era a identidade nacional influenciada pelos valores estéticos eurocêntricos, que veio a ser finalizado na Semana de Arte Moderna em 1922. A partir daí a memória nacional foi construída quase exclusivamente pelo Estado, apoiado pela elite intelectual. Foram preservados bens culturais materiais ligados aos segmentos dominantes da sociedade, de tradição luso brasileira, destacando-se igrejas coloniais, obras de arte e sítios históricos ligados ao Barroco, que foi eleito expressão maior do patrimônio histórico e artístico nacional. Tombamentos como os do Passeio Público, Teatro José de Alencar,

¹²Acervo arquitetônico eclético: A cidade de Fortaleza tem uma arquitetura denominada eclética, estilo arquitetônico típico da segunda metade do século XIX e início do século XX, é a fusão de vários estilos como o neoclássico, por exemplo.

Praça General Tibúrcio, são alguns dos tombamentos ligados à memória do poder ou dos setores dominantes da sociedade como a elite e os governantes. Hoje, o IPHAN, adota como noção de patrimônio histórico qualquer patrimônio cultural ligado à dimensão natural, histórico-artística e documental. Portanto, o meio ambiente, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, as obras. Os objetos, documentos, edificações, criações científicas, artísticas e tecnológicas, as formas de expressão e até mesmo os modos de criar, fazer e viver são bens culturais de uma sociedade e por isso devem ser preservados.

Para Oriá (2004) as praças, os parques, os monumentos e equipamentos urbanos são representações simbólicas de poder, que se materializam nas cidades, nos espaços públicos de maior circulação. Os setores dominantes tentam, através do culto à imagem (os monumentos, as grandes obras), sacralizar a história do oficial em que políticos, heróis de guerra e outras figuras tidas como importantes realizaram fatos históricos, tentando assim impor uma única versão da história como ícone formador da identidade nacional. A historiografia baseou-se em uma política de valorização dos “grandes homens”, os tidos como “heróis”, “mártires”, “patriarcas”, em contrapartida ocultou-se os líderes dos movimentos populares organizados pelos setores subalternos da sociedade:

Elegemos, no decorrer da história, os bens culturais representativos dos segmentos dominantes, sobretudo os ligados ao elemento de origem européia, e relegamos ao esquecimento a contribuição de outros segmentos étnicos na formação da cultura brasileira. Basta uma breve constatação nos nomes das ruas e avenidas, nos monumentos históricos dos “heróis nacionais” que povoam as praças de nossas cidades. (ORÍÁ, 2004, p. 248)

O primeiro monumento histórico construído no Brasil foi em 1862 no Rio de Janeiro, então capital do Império, tratando-se de uma estátua de D. Pedro I, isso causou muito tumulto devido à disputa pela contemplação da imagem perante o povo. A cada tipo ou forma de governo instauravam-se novos símbolos e monumentos. A Memória Histórica, portanto, é uma arma sutil de dominação e legitimação do poder. Assim, as construções dos equipamentos urbanos tendem a nos reportar a algum fato ou pessoa importantes. Baseado no pensamento de Hall (1997) sabe-se que a História nomeou isoladamente os elementos culturais pertencentes aos setores dominantes, mas devemos ter em mente que esta idéia de

identidade nacional como algo unificado é uma fantasia, visto que os grupos culturais são diferentes e todos nós somos seres ativos formadores da História de uma nação.

O conceito de monumento revela que a sua finalidade é conservar, na consciência das gerações futuras, a lembrança de determinada ação ou de uma existência. Um outdoor há alguns meses atrás na cidade dizia que “quem não é visto não é lembrado”, ou seja, a percepção fincada através dos objetos dispõe de um poder que nos remete sempre a atos ou momentos marcantes. E esta preocupação vem das gerações antigas, os egípcios, por exemplo, quando criaram as grandes pirâmides, as criaram para deixar como seu legado cultural, os romanos quando construíram seus monumentos era para fazer referência aos seus deuses. Já o culto e o sentido de preservação no Brasil vieram durante o Estado Novo, com a criação do IPHAN. A Era dos Nacionalismos, como foi conhecida a política de valorização das nações em países como a Alemanha e Itália, tiveram início no século XV e se consolidou no século XIX. A partir daí houve as construções de estátuas e monumentos ligados aos atos e fatos protagonizados pelos “heróis” e “filhos ilustres” da nação, onde personagens e fatos, ‘dignos’ de registro, eram selecionados servindo de meio para a legitimação de poder na construção de uma consciência nacional.

Na antiguidade Clássica existia o Pantheon, um templo romano construído por Agripa, general e estadista do Império Romano, para a consagração de todos os deuses. Logo depois, foi utilizado como depositário dos restos mortais dos homens ilustres que prestaram grandes serviços a pátria. Na França surge o Panteão moderno cultuando ao invés de deuses homens nobres. Daí os primeiros monumentos históricos reforçarem a idéia do Panteão moderno. Aqui no Ceará foram construídos os primeiros monumentos históricos influenciados pelos ideários monarquistas, retratando a Abolição dos Escravos e a Guerra do Paraguai (1864-1870), onde os homenageados foram Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa e Antônio de Sampaio, heróis da Guerra. O monumento do General Tibúrcio foi erguido em 1888, na praça de mesmo nome, a popular Praça dos Leões e o monumento ao General Sampaio, foi erguido na Praça Castro Carreira em 1900, hoje o monumento se encontra na entrada do Edifício da 10ª Região Militar, enfim, tudo glorificando os “heróis” da história, já que o monumento faz evocar fatos e personagens significativos fazendo com que a História seja transmitida de uma forma única, a oficial, destituindo as minorias marginalizadas e perpetuando-a de uma forma sem grandes conflitos e contradições sociais.

As comemorações do centenário da Independência do Brasil levou o Círculo dos Operários e Trabalhadores Católicos de São José a erguer uma coluna inspirada na Coluna de Julho da Cidade de Paris, o Monumento ao Cristo Redentor. José de Alencar também se destaca no culto monumental, romancista e criador da figura nacional indianista, é homenageado com a estátua de Iracema, o Teatro e o tombamento de sua casa em Messejana.

4.2. Política Patrimonial do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descartados. Esta ação é tomada de partida para a preservação dos bens culturais na medida que impede legalmente a sua destruição, lembrando que para se formar uma política de preservação, a participação da comunidade é fundamental. É garantido pela Constituição Federal o dever de preservar os bens culturais e naturais brasileiros, por parte da União, Estado e Município. No Ceará o órgão responsável chama-se Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT) e em Fortaleza chama-se Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza (FUNCET).

Quanto à legislação, o Órgão Federal referente ao tombamento (IPHAN) obedece ao princípio normativo do artigo 216 da Constituição Brasileira, que define patrimônio cultural “a partir de suas formas de expressão; de seus modos de criar, fazer e viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

A legislação do IPHAN esta baseada no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que cria o instituto de tombamento, na Lei de Arqueologia nº 3.924/61, nas atribuições contidas na Constituição Federal - Art. 215 e 216, no Decreto nº 3.551/2000, sobre o registro de bens culturais de natureza imaterial, nas normas sobre a entrada e saída de obras de arte do país, e no Decreto nº 5.040, de 07 de abril de 2004, que aprova a

estrutura regimental do Instituto, entre outros. A preservação também pode ser feita por cartas, declarações e tratados nacionais e internacionais.

O IPHAN realiza um trabalho permanente de fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação e revitalização dos monumentos, sítios e bens móveis do país. O Patrimônio o qual a instituição cuida é administrado por diretrizes, planos, instrumentos de preservação e relatórios que informam a situação dos bens, o que está sendo feito e o que ainda necessita ser realizado. Buscam auxílio da sociedade civil para a elaboração de programas e projetos, a fim de se obter financiamento e parcerias para a execução das ações planejadas.

A instituição está presente nos Estados e Municípios do país, tendo 21 Superintendências, 6 Sub-regionais e 27 Escritórios Técnicos do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Sua sede central fica em Brasília e no Rio de Janeiro. O IPHAN dividiu através de Superintendências cada região do País. E cabe a estas superintendências executarem, segundo o Decreto nº 5.040, ações de identificação, inventário, proteção, conservação e promoção do patrimônio cultural; analisam e aprovam projetos de intervenção em áreas ou bens protegidos; exercem fiscalização, determinam o embargo de ações que contrariem a legislação em vigor e instruem as propostas de tombamento de bens culturais de natureza material e de registro de bens culturais de natureza imaterial. A 4ª Superintendência Regional do Ceará foi instalada em 1982 para atender os estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Em 2002, o Piauí foi incorporado devido a sua identidade com projetos voltados para o patrimônio arqueológico. No mesmo ano o Rio Grande do Norte se integra a 5ª Superintendência, junto com Pernambuco e Paraíba. A sede atual da Superintendência do Ceará localiza-se em prédio tombado na praça José de Alencar.

É importante registrar a diferença entre Patrimônio Cultural Material e Imaterial. O Patrimônio Cultural Material é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros de Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas, já o Patrimônio Cultural Imaterial, segundo a Unesco, são as “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte

integrante de seu patrimônio cultural”. Para Gonçalves (1997) patrimônios imateriais são “manifestações culturais tradicionais e populares oriundas de uma comunidade, transmitida oral e gestualmente, sempre recriadas dentro do processo de transmissão coletiva”. Fazem parte deste patrimônio as danças, as línguas, as tradições orais, os costumes, enfim, criações e recriações de diferentes grupos sociais. Este tipo de patrimônio possui características bem peculiares como a renovação. A língua ao longo dos anos, permanece com suas normas básicas, mas também, incorpora novas palavras, ou seja, a essência é mantida, mas, existe uma recriação, uma renovação, fazendo-nos crer que a cultura, bem como também a Memória, são processos em continuidade. No Ceará, a festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, no município de Barbalha, foi inventariada. O município se destaca pelo o conjunto arquitetônico da época do ciclo da Cana-de-açúcar e suas manifestações folclóricas. Ainda em fase de conclusão, o dossiê de Patativa do Assaré no registro do Livro dos Saberes, figura representativa da poesia oral popular nordestina, que retrata os sofrimentos e alegrias dos sertanejos. E a Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto, que explicam a origem do mundo através da tradição dos índios Cariri, destacando o mito como forma de explicação do mundo e seus instrumentos de confecção própria recolhidos na Chapada do Araripe. Estes são exemplos de patrimônios imateriais do Estado do Ceará.

A mesma importância que o patrimônio material dispõe, as manifestações imateriais também gozam deste poder. A preocupação foi palco de discussão em 1989, na “Recomendação para Salvaguarda das Culturas Tradicionais e Populares”, aprovada na 25ª sessão da Conferência Geral da UNESCO. A grande preocupação se dá pela ameaça da crescente globalização que tende a massificar o mundo, relegando as diferenças culturais.

A Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza (FUNCET) anunciou o tombamento de 14 edificações, incluindo o Edifício Philomeno Gomes, antigo Lord Hotel. O mesmo está condenado devido às construções do Metrofor. A historiadora Barbosa (2006), diretora do Departamento de Patrimônio Histórico, acredita que o processo de tombamento não tem o objetivo de reproduzir o tempo passado, mas sim de resgatar através da proteção legal, a memória histórica fazendo com que isto confira ao espaço contemplações, visitas, lazer e sociabilidade como o Centro de Fortaleza:

Esse espaço da cidade foi referência histórica da emergência dessa comunidade e da sociedade fortalezense e recuperar essa historicidade não é repetir o que

houve no passado, mas é recuperar o espaço retomando para ele a centralidade que ele tem. É significativo que todos os fluxos dos transportes coletivos demandem para o Centro. Se ele não tivesse importância, isso não aconteceria. (BARBOSA, 2006, p.4)

Grande parte dos bens materiais tombados sob leis federais e estaduais encontra-se no centro da capital, devido lá ter sido o marco da formação urbana. O Farol Velho no Mucuripe, foi tombado em 1983 e a Casa de José de Alencar em Messejana, foi em 1964. Estes são os tombamentos fora do centro.

Fortaleza tem reconhecido como bens culturais tombados pelo IPHAN, o Teatro José de Alencar (1908-1910) e o Passeio Público inaugurado em 1880. Oriá (2004) destaca os principais bens tombados pelo poder público no âmbito federal e no estadual:

Antiga Escola Normal, que abriga a atual sede do IPHAN;
 Prédio da Assembléia Provincial, construído pelo engenheiro Adolfo Hebster, atual sede do Museu do Ceará;
 Banco Frota Gentil, atual sede do Banorte;
 Antiga Cadeia Pública, que abriga o centro de turismo;
 Cine São Luís, na Praça do Ferreira;
 Estação Ferroviária João Felipe, na Praça Castro Carreiro;a
 Igreja Nossa Senhora do Rosário;
 Palacete Carvalho Mota, que abriga a sede do Museu das Secas, mantido pelo DNOCS;
 Palacete Ceará, que abriga agência da Caixa Econômica do Ceará;
 Palácio da Luz, antiga sede do governo estadual. Atualmente, é sede da Academia Cearense de Letras;
 Passeio Público, antiga Praça dos Mártires, em alusão aos revoltosos da Confederação do Equador, executados no local;
 Praça General Tibúrcio, popularmente conhecida como “Praça dos Leões”;
 Prédio da Secretaria da Fazenda Estadual, na Avenida Alberto Nepomuceno;
 Solar Fernandes Vieira, atual sede do Arquivo Público do Estado do Ceará;
 Theatro José de Alencar, situado na Praça do mesmo nome. (ORÍ, 2004, p. 244 - 245)

A questão dos tombamentos é bastante complexa porque envolve interesses diversos, como o interesse econômico, por exemplo, um proprietário pode vender seu bem patrimonial em troca de um apartamento moderno. Assim desfigura todo o local entorno do bem, perdendo a autenticidade. O planejamento urbano é tão fundamental porque vai ser a base para reformas e melhorias da cidade. A coordenadora do Seminário “Memória e Urbanidade – 280 anos: desconstrução ou reconstrução de Fortaleza?” e também professora do Curso de Ciências Sociais da Unifor, Barreto (2006), destaca que a cidade deve ser

pensada não somente como lugar de beleza e turismo, mas como uma cidade que disponha de um planejamento participativo, incluindo através de projetos democráticos, a periferia:

Queremos que nossos alunos, os futuros interventores desta cidade, pensem em formas mais equilibradas e planejadas de construir e reconstruir os espaços, ouvindo a população das comunidades, das organizações não-governamentais, que vêem e pensam o lugar onde moram e que têm propostas a oferecer. (BARRETO, 2006, p.4)

Preservar monumentos ou edifícios não significa parar no tempo. As medidas de proteção visam à melhoria da qualidade de vida da população e as preservações junto com as modernizações podem se relacionar harmonicamente configurando uma paisagem mais completa a cidade. No próximo capítulo veremos que, infelizmente, nossa cidade ainda não despertou para esta possível convivência.

5. DESTRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A partir dos anos 70 do século XIX e das primeiras décadas do século XX, Fortaleza passa por muitas transformações urbanas. Praças, edifícios e jardins são construídos pelos ditames do ecletismo arquitetônico. Com a chegada da arquitetura moderna, Fortaleza incorpora as novas tendências em detrimento das edificações mais antigas e passa a substituir a história do passado pela história do presente. O famoso Palacete do Plácido foi demolido na década de 70 para abrigar um supermercado que nunca chegou a ser erguido e hoje abriga a Praça Luíza Távora. Destruiu-se a Fênix Caixerai; o Museu Histórico, situado na Praça Caio Prado, popularmente conhecida como Praça da Sé; a Casa de Rodolfo Teófilo; o Cine Moderno; o Abrigo Central da Praça do Ferreira; a Igreja da Sé; as casas centenárias e outros ícones da nossa história. A fisionomia da cidade de Fortaleza é alterada sem a preocupação com a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e com a intenção do rápido enriquecimento, derrubando e construindo novos estabelecimentos. A especulação imobiliária tomou conta de bairros transformando-os em bairros nobres. A cidade de Fortaleza sofre com a cultura de valorização do novo em detrimento do antigo.

Campos (1996) lamenta o desapego, por parte da população cearense com os nossos equipamentos, o que ele considera como a falta de valorização de nossa história:

(...) o Ceará não é muito detentor de tradições, nós destruímos a História que possuímos, isto está até na Arquitetura. Quais são os monumentos do Ceará com os quais podemos contar? Não existem. Não obstante o grande amor que eu tenho pela minha terra, é necessário reconhecer: o Ceará não tem tradição histórica como a Bahia, como Pernambuco, particularmente Olinda. Vejam os próprios nomes das ruas. Antes, tinham nomes bonitos: rua Formosa, rua do Sol, rua das Flores, Escadinha, Travessa das Trincheiras. [...] Nem os nomes das ruas nós respeitamos, ao passo que em Pernambuco, em Olinda, esses nomes são guardados. (CAMPOS, 1996, p. 27)

Campos vê como tradição a valorização do passado materializado nos prédios, edifícios e monumentos e a partir desta falta de apego por parte da comunidade cearense, ele considera como não “detentor de tradições”. O que acontece é que a comunidade cearense não nomeou como ícone de tradição e de valorização os monumentos, as praças,

os objetos, não sendo por isso destituída de História e de Tradição. Uma vez que ambas são renováveis, são processuais, se transformam ao longo dos tempos. No capítulo anterior foi apresentado a reinterpretação da frase de Marx “homens (sic) fazem a história, mas apenas sob as condições que lhes são dadas”, percebe-se que o desenvolvimento da História se faz em condições pré-estabelidas, ou seja, condições históricas criadas por outros homens em outros tempos e momentos formando um processo repassado através de geração a geração.

Barreira (2003), diz que desde a década de 90 a cidade vive uma dicotomia entre a autofagia de destruição e construção de espaços e edificações e os discursos de preservação e conservação. E quando se restauram pontes, espaços, monumentos se dão por uma necessidade de volta ao passado, mas sem repeti-lo, o que seria impossível, o que acontece é que se pode e deve preservar, conservar e resgatar, mas, a diferença é no uso destes equipamentos, que certamente irão ter outra função:

Recuperar o passado não é, entretanto, repetir o tempo, mas reinventá-lo. Diferentemente dos usos pioneiros, os equipamentos urbanos viram espécies de “museus”, readquirindo, no entanto, novas funções sociais ou políticas. A própria idéia de patrimônio significa a tentativa de “contar” o passado adaptando-o à nova linguagem do presente. (BARREIRA, 2003)

Bosi (1994) delinea muito bem esta questão da reconstrução do passado, ou seja, a lembrança vem a tona manifestada pelo o material disponível no presente e esta idéia é diferente daquela há tempos atrás. Os indivíduos já não são mais os mesmos, as percepções são alteradas, juízos de valor serão empregados com outras considerações, caracterizando a memória como uma categoria livre e espontânea. Impressões e sentimentos nunca serão os mesmos daquela época para a atualidade. A autora dá um exemplo de um leitor adulto que irá fazer uma segunda leitura de um livro, primeiramente, lido durante a infância. Após a segunda leitura percebe-se que fatos diferentes da primeira chamaram mais a atenção, o adulto dispõe agora de uma análise crítica maior e, conseqüentemente, atentar-se para fatos que escaparam a sua atenção no primeiro momento e aqueles fatos que marcaram bem sua memória durante a infância não configuram mais tanta representatividade e emoção:

Tudo se passa como se o objeto fosse visto sob um ângulo diferente e iluminado de outra forma: a distribuição nova das sombras e da luz muda a tal ponto os valores das partes que, embora reconhecendo-as, não podemos dizer que elas tenham permanecido o que eram antes. (BOSI, 1994, p.57)

Nilo *apud* Irllys (2003), arquiteto que reformou e recuperou vários espaços urbanos, afirmando que este ao reformar o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, por exemplo, o reestruturou, criando alternativas de atração para estimular a visita e a conseqüente valorização da história:

Fortaleza é uma cidade com poucas tradições. A minha proposta é a de recuperar um pouco dos hábitos dos cidadãos e criar um contexto paisagístico que possibilite o consumo cultural e que tenha espaços amplos. O centro Dragão do Mar tenta aproveitar a luz do sol, as paredes brancas, a natureza, oferecendo também ao cidadão o consumo casual. Ele passa por determinados lugares se sente atraído por determinados bens culturais. Fortaleza é uma cidade onde as pessoas têm poucos hábitos culturais. A idéia é então de criar uma oferta e induzir um tipo de consumo. (Entrevista concedida a autora em maio de 1999)

A idéia de Fausto Nilo é fazer do passado, uma ferramenta que una o útil ao agradável, ou seja, o passado torná-se um espaço de lazer, de visita, quando ele for acrescido ao consumo cultural, desta forma ele torná-se mais interessante aos olhos dos fortalezenses. É fácil reconhecer as várias opções de consumo no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. Lá tem cinemas, cafés, restaurantes, bares, boates, teatros, feiras, tudo isso em seu entorno. A história que é vendida aos turistas de Fortaleza são histórias dos costumes (hábitos alimentares, como o de comer tapioca e baio de dois, por exemplo) e da produção artesanal (como os produtos manufaturados de palha), além das imagens de belas praias. Não se tem ainda uma política de valorização centrada na história do surgimento da cidade, é preciso criar opções de atração, além do conhecimento, para que o visitante chegue até os lugares marcos da cidade.

Romeu Duarte (2006) também acredita que se criando outras opções de atração, a política de zelo e pertença à cidade se manifeste, já que a nossa tradição não nomeou como *modelo de valorização* os bens culturais, mas critica quando a reestruturação é posta de modo errôneo, sem a utilização de um planejamento urbano adequado, como na reforma do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura:

O equipamento alterou completamente a ambiência da área. Ele grita demais, não se integrou à arquitetura preexistente. Se tivesse sido feito um projeto mais elaborado, um levantamento para determinar que não agredisse a preservação daquele entorno, mas não. Faço a seguinte analogia: é como se chegasse um punk ali, dando mãozada nos velhos. Ao invés de dialogar, perguntar o que se

poderia fazer. Foi uma violência completa, toda vida que tenho que passar por lá, sinto um desgosto. (DUARTE *apud* GURGEL, 2006, p. 7)

Fortaleza é uma das cidades brasileiras mais degradadas em termos de paisagem urbana. As causas devem-se ao seu rápido crescimento não acompanhado de um planejamento urbano adequado; ao descaso do Poder Público Municipal com a recuperação do espaço urbano; a destruição sistemática do patrimônio; a derrubada de árvores e a poluição visual das ruas, tudo isso, leva à perda do sentido da importância da paisagem para a cidade e seus habitantes.

Como forma de minimizar esta depreciação do patrimônio cultural da cidade a Prefeitura de Fortaleza juntamente com o Governo do Estado, Governo Federal, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará (Sebrae/Ce), Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Ação Novo Centro e a fundação privada sem fins lucrativos *Fortaleza Convention e Visitors Bureau* executam o projeto “Roteiro Fortaleza a Pé”, que faz parte do processo de requalificação do Centro da Capital. O programa foi criado pelo professor de turismo Gerson Linhares existindo há 12 anos e um dos objetivos é resgatar a história do centro da capital. Praças e 22 edificações são contempladas durante o percurso e segundo a fundação *Fortaleza Convention e Visitors Bureau*, a capital é a única a dispor de um percurso turístico – cultural sinalizado pelo centro histórico. O modelo vigora em Paris e Berlim:

(...) Dois mil metros de meio-fio foram pintados para facilitar a orientação dos visitantes. Basta seguir a linha verde e observar os números pintados nas calçadas dos imóveis e espaços públicos. A mesma numeração consta em um folheto, o qual, é distribuído aos participantes. Na publicação aparecem a foto e o resumo da história de cada equipamento. (Potencial Turístico do Centro é subutilizado: Programa “Fortaleza a pé” resgata a história, Diário do nordeste, 2006, p.5)

Ainda que tenham, não são suficientes às políticas públicas que visem garantir a preservação da memória cidadã. A insistência deve ser massiva. Desenvolver projetos que insistam na valorização da memória coletiva é criar possibilidades de uma reeducação habitual, onde cidadãos possam atribuir como alternativa de lazer ou mesmo motivados pela curiosidade, a eleição pela questão da preservação patrimonial.

Autoridades governamentais, desconhecendo o grande valor e importância que a memória coletiva agrega, servem, inicialmente, aos seus interesses de se promoverem impondo a idéia do novo como sinônimo de progresso. É lamentável constatar esta situação, visto que aqueles que, em tese, deveriam ter plena consciência de que o patrimônio não é uma disputa política e sim um processo pela qual as criações são frutos de uma época transformando-se em verdadeiros documentos históricos, onde o equipamento urbano carrega uma história, uma sucessão de fatos que fizeram e continuam a fazer parte da memória da cidade. Desta maneira torná-se fácil compreender o porque da população cearense não nomear como representação de tradição a valorização da nossa história.

Podemos concluir que os objetos, bens de valor afetivo ou material, idéias, lendas, documentos, monumentos, artefatos que o homem produziu durante séculos são importantes porque são elementos formadores de uma cultura, devendo então ser preservados para as futuras gerações, e que devido à imposição de certos valores, como a tradição, remete-nos ao nosso processo de identidade, permitindo assim reconhecermos como semelhantes e também diferentes de outros grupos sociais.

6. ÚLTIMAS REFLEXÕES

A *Belle Époque* em Fortaleza iniciou-se em 1860 e foi até 1930. Muitas modificações evidenciaram-se na cidade, movimentos sociais e culturais como a Abolição da Escravatura, o movimento literário com características modernistas chamado Padaria Espiritual e ainda a Academia Cearense de Letras, enfim, movimentos e mudanças acentuadas promovidas pelas camadas privilegiadas.

As classes econômicas mais ricas, juntas aos grupos políticos trouxeram à Fortaleza serviços e equipamentos modernos, inspirados pela então Capital do Progresso que era Paris. Bondes elétricos, iluminação a gás, serviço telefônico, a construção de locais para lazer e exercício da sociabilidade entre classes, implantação de jardins aformoseados, coretos, praças, cafés, monumentos, parques, edifícios, teatro, cinemas, automóveis, uma série de equipamentos foram construídos pelas elites e classes dirigentes com o objetivo de fazer da capital cearense uma metrópole européia.

Foi produzida assim uma reformulação urbana, onde varrer a pobreza dos principais locais de encontro das elites foi um lema durante esta época. Sob a alegação da disciplinarização e higienização a população mais carente de Fortaleza, como imigrantes das secas, prostitutas, doentes, mendigos, idosos e pessoas humildes financeiramente sofreram duras imposições comportamentais. Havia código específico para se manter determinada postura, a polícia vigiava atentamente aqueles que poderiam oferecer risco à nova ordem, horários de funcionamento dos bares deveriam ser cumpridos, campanhas de vacinação se intensificavam mediante surtos de doenças, o controle foi à ferramenta utilizada para conter incidentes.

Apesar da constatação de que a *Belle Époque* foi uma época gloriosa, somente, para os detentores do poder, não podemos negar que as construções dos equipamentos urbanos são, ou já foram no caso dos não mais existentes, imponentes e cheios de charmes. Prédios com belas fachadas, cinemas e teatros que respiravam cultura, praças arborizadas, monumentos feitos com ferramentas estrangeiras, tudo isso é requinte e ainda nos causa admiração. Muitos equipamentos urbanos nós já não podemos apreciar, mas o restante é digno de valorização e contemplação. Ainda dispomos de um Patrimônio Cultural rico em

bens materiais e imaterias, cuja significação confere sentido a memória e ao nosso processo identitário.

Preservar aquilo que foi construído pelo homem é criar possibilidade de aumentar a qualidade de vida e a prosperidade para as futuras gerações. Tendo em vista que a nossa História é um processo dinâmico, onde a cada geração são criadas e recriadas novas formas de vida, novos conhecimentos, novas idéias, diferentes necessidades. Torná-se desta maneira um dever de cada cidadão e também do Estado preservar nossa História e é por direito garantido o conhecimento desta como afirmação de pelo menos parte da nossa identidade, tendo em mente que as futuras gerações tenham a possibilidade de usufruir daquilo que foi feito pelos os seus antepassados e que a formação da identidade é um exercício em constante atualização. É válido ressaltar que analisar o foi a *Belle Époque* em Fortaleza pressupõe um domínio no conhecimento mencionado, para deste modo difundir-lo as outras gerações e que estes equipamentos urbanos devidamente preservados são ícones de informação capazes de nos remeter a uma época e assim podermos analisar criticamente, visto que também o bibliotecário, como agente da informação, tem esta função de interpretar criticamente a realidade social, questionar o meio ao qual está inserido, contribuindo assim para o avanço científico e tecnológico do país.

A preservação é um primeiro passo no emaranhado complexo que é uma cidade. Torná-se necessárias políticas públicas voltadas para a reeducação patrimonial, fazendo despertar em cada ser humano à vontade de zelar pelo o que foi construído e que faz parte dele. Planejamentos urbanos baseados na democracia, tendo como ponto de participação à comunidade, podem mesclar a história dos equipamentos com as necessidades de cada área urbana dispendo assim de uma relação harmônica e respeitosa compondo uma paisagem completa de Fortaleza. Reativar prédios ou espaços abandonados que não exercem mais a sua função original e aplicar outra função social, transformando em bibliotecas, em museus, em centros históricos e culturais, também pode funcionar como uma possibilidade de se evitar a degeneração, a fragmentação ou até mesmo o anulamento da nossa História.

Entender os códigos culturais de um povo é exercício comum em toda área do conhecimento científico e na Biblioteconomia é significativa a compreensão de hábitos, costumes, histórias e formas de comportamentos, pois o profissional bibliotecário aplicará

corretamente o tratamento da informação, atuando de forma satisfatória e respeitando a ética profissional.

7. REFERÊNCIAS

BOSI, Éclea. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 3.ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

GONÇALVES, Fernando Augusto. **Patrimônio Imaterial**: uma questão mundial que toca profundamente o Brasil. Seminário Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção. Olinda: [s.e], 1997.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Fortaleza: cultura e lazer (1945-1960). In: SOUSA, Simone de. [et al]. **Uma Nova história do Ceará**. 3ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

ORIÁ, Ricardo. Fortaleza: Os lugares de memória. In: SOUSA, Simone de. [et al]. **Uma Nova história do Ceará**. 3 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

PONTE, Sebastião Rogério. *A Belle Époque* em Fortaleza: remodelação e controle. In: SOUSA, Simone de. [et al]. **Uma Nova história do Ceará**. 3 ed. - Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reforma urbana e controle social (1860-1930). 3.ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza Belle Époque: 1880-1925. In: CHAVES, Gylmar; VELOSO, Patrícia; CAPELO, Peregrina (org). **Ah, Fortaleza!**: 1880-1950. Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2006.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo. **Fortaleza**: imagens da cidade. 2 ed. Fortaleza: Museu do Ceará, 2004.

SOUZA, Simone e PONTE, Sebastião Rogério (Coor.). **Roteiro Sentimental de Fortaleza**: depoimentos de história oral de Moreira Campos, Antônio Girão Barroso e José Barros Maia. Fortaleza: UFC- NUDOC/SECULT, 1996.

ALMADA, Zenilo. Dos elegantes cafés vindos do século XIX ao varejo atual. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 15 abr. 2007. p. 3.

_____. A Praça do Ferreira entre os anos de 1930 e 1960. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 15 abr. 2007. p. 1.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. Município começa tombamento de Lord Hotel. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 13 abr. 2006. p. 4.

BARRETO, Priciliana. Fortaleza: da poesia à violência. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 13 abr. 2006. p. 4.

GURGEL, Felipe. A ilusão do moderno. **O Povo**, Fortaleza, 8 jan. 2006. p. 11.

_____. A Polêmica do Entorno. **O Povo**, Fortaleza, 8 jan. 2006. p. 7.

_____. Proteção à Fortaleza. **O Povo**, Fortaleza, 8 jan. 2006. p. 7.

LUÍS, Antônio. Os caminhos da cidade. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 11 abr. 2006. p. 4.

Potencial turístico do Centro é subutilizado: Programa "Fortaleza a Pé" resgata a história. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 13 abr. 2006. p. 5.

BARREIRA, Irllys Alencar F. A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. **SciELO**, São Paulo, nº 9, jan. jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?scrip=sci_arttex&pid=S1517-45222003000100011>. Acesso em 13 jun. 2007.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasil, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.portal.iphan.gov.br>>. Acesso em 19 ago. 2007.

GUIMARÃES, Manuel Luis Lima Salgado. **História e Civilização: notas a respeito de Norbert Elias**. Rio de Janeiro: UFRJ-UERJ, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br>> Acesso em 29 set. 2007.

LOPES, Isabel; SANTOS, Sônia. **Da sociedade disciplinar à sociedade de controle**. Campo Grande: [s.e.], 1997. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/sociedade%20disciplinar/sociedade%20disciplinar.htm>> Acesso em 01 out. 2007.

RIBEIRO, Renilson Rosa. Nos jardins do tempo: memória e história na perspectiva de Pierre Nora. **História e-História**, São Paulo: Unicamp, 2002. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores&id=11>> Acesso em 18 ago. de 2007.